

# ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no
Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas, em sessão
ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente
anunciada por edital datado de três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o
qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta
cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:
ANTES DA ORDEM DO DIA
Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no
artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro
do Regimento da Assembleia
ORDEM DO DIA
Ponto um – Aprovação das atas das sessões de vinte e um de junho e vinte
e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro;
e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro;Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã),
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das



Orçamento Municipal para dois mil e vinte e cinco;
Ponto quatro – Discussão e votação do Plano Municipal de Emergência e
Proteção Civil (PMEPC) de Barcelos;
Ponto cinco – Discussão e votação das propostas da Câmara Municipal de
concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de
Freguesias do concelho de Barcelos;
Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa
à minuta da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de
Competências a outorgar entre o Município de Barcelos, as Direções dos
Agrupamentos de Escolas e Freguesias/Uniões de Freguesia;
Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
retificação do ato administrativo/deliberação relativa à proposta número
quarenta e oito, aprovada na reunião camarária de dezasseis do nove de dois mil
e vinte e quatro e na sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete do nove de
dois mil e vinte e quatro, nomeadamente os anexos II e III, na parte atinente ao
número de alunos do Agrupamento de Escolas Alcaides de Faria, bem como a
respetiva comparticipação financeira;
Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
eliminação da via prevista para a freguesia de Gamil e respetiva
alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal
(processo camarário cento e setenta e seis/dois mil e vinte e quatro LOEDI);
Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação Cluster
Indústrias Culturais e Criativas;
Ponto dez – Apresentação, para conhecimento, da informação relativa à
situação económica e financeira do Município de Barcelos reportada a trinta do
seis de dois mil e vinte e quatro;



Ponto onze – Apresentação, para conhecimento, dos relatórios de
execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos
respeitantes aos primeiro, segundo e terceiro trimestres de dois mil e vinte e
quatro;
Ponto doze – Apresentação, para conhecimento, do Plano de Atividades e
Orçamento da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil
e vinte e cinco;
Ponto treze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara
Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da
Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro,
António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa
Neves, António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva
Pereira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel da Costa Vilas Boas,
Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto
Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas, Catarina Marina Faria Duarte,
Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, David Alberto Lemos de
Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto
Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Fernando Jorge Ramos Lima,
Fernando Santos Pereira, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva,
Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda
Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria
Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José
Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João
Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo



Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Liliana Cristina da Costa Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição Costa e Silva, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marisa Alexandra Silva Pereira, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Natalina de Sá, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Miguel Machado Martins, Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Manuel Pereira da Silva, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo,



Tânia Cristina Macedo Ferreira, Tânia Isabel Vilaça Lopes, Teresa Maria Dias
Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Tomé Francisco Lopes de
Faria, Vítor António Martins Ferreira
Faltaram os seguintes membros:
Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa, Hélder Duarte
Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Jorge César Fernandes da Silva,
Marcos António Silva
INÍCIO DOS TRABALHOS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Boa noite a todos
Declaro aberta a sessão ordinária do dia doze de dezembro de dois mil e
vinte e quatro
É conhecida a ordem de trabalhos de hoje, uma ordem de trabalhos longa,
provavelmente teremos hoje a primeira reunião desta sessão, e, a continuar, será
no sábado a partir das dez de manhã
Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para ler as substituições
para esta sessão
SEGUNDA SECRETÁRIA – Guilhermina Guimarães – Pediram substituição os
seguintes senhores deputados municipais:
Maria da Conceição da Costa Araújo;
Substituto: Sebastião Lemos Ferreira;
Manuel Vasconcelos Dias;
Substituto: Domingos Pereira de Araújo;
José António Maciel Beleza Ferraz;
Substituta: Marisa Alexandra Silva Pereira;
Manuel da Cruz Duarte Cardoso;
Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;
Maria José Correia Simões:



Substituta: Tânia Isabel Vilaça Lopes;
Ângela Flávia da Silva Sousa;
Substituto: Marcos António Silva;
Joaquim Pinto do Vale;
Substituto: Rui Manuel Pereira da Silva
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária
Informava também os senhores deputados que deu entrada nos serviços
de apoio a comunicação de renúncia ao mandato do deputado Luís Miguel Gomes
Barbosa da Costa Pereira, que foi substituído pelo deputado Tomé Francisco
Lopes de Faria
Estamos também a proceder a uma eleição, entretanto, quando a urna
estiver fechada, anunciaremos os resultados
Queria informar os senhores deputados do seguinte:
A primeira relativamente ao processo de desagregação de freguesias. O
processo era para ser hoje votado na Assembleia da República. Ontem à noite, já
tardiamente, o presidente da Assembleia teve conhecimento que, relativamente
ao processo de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália, não havia sido dada resposta
por parte aqui dos serviços da Assembleia Municipal, da parte do presidente da
Assembleia Municipal. Essa situação veio a preocupar-me, posso dizer que estive
até cerca de uma e tal da manhã em conversações, para a Assembleia da
República, com o senhor deputado presidente da comissão da desagregação das
freguesias. Teve de se proceder a um esclarecimento, hoje mesmo de manhã foi
enviado, desde cedo, a nossa documentação que havíamos expedido, os
elementos que foram convidados para aperfeiçoamento relativamente a este
processo, mandámos toda a documentação. Não sei porquê o processo, que era
para ser hoje a votação, talvez por este caso e mais alguns, foi adiado cerca de
oito dias. A seguir daquela maneira o processo de Silveiros e Rio Covo Santa



Eulália nem seguer seria apreciado precisamente porque não tinha acontecido o aperfeiçoamento. O certo é que os elementos foram enviados hoje de manhã, já foram apreciados pela comissão, já está alterada aquela informação que constava na Assembleia e na comissão que não tinham sido enviados os elementos. Portanto, está aqui o processo reposto, não por culpa aqui da Assembleia Municipal de Barcelos, mas os serviços da Assembleia da República trocaram aqui alguma coisa e tinham uma informação errada. Naturalmente que foi uma situação um pouco desagradável, eu apercebi-me que as respostas de aperfeiçoamento da Junta de Freguesia de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália, portanto, enviaram os elementos que eram solicitados, não são na sua plenitude, porque no que diz respeito à conta de gerência não existem esses mesmos elementos, mas eles enviaram o fluxo de caixa e uma série de elementos que poderão levar a ser apreciados e esse processo ser decidido no sentido em que possa ir de encontro à pretensão. Lamento tudo isto, porque efetivamente uma falta de um processo destes o presidente da Assembleia devia ser instado novamente, porque não ter respondido a um pedido da Assembleia da República é uma coisa que não podia acontecer, não aconteceu, e podia ter sido instado novamente.----------Segunda informação:-----------Queria informar os senhores deputados relativamente ao processo de votação dos presidentes de junta. É sabido que havia um despacho interpretativo da parte do anterior secretário de Estado relativamente à votação e participação dos senhores presidentes de junta nas Assembleias Municipais. Antes desse despacho, eu próprio, representando esta Assembleia Municipal no seio da ANAM, tive a oportunidade de dizer ao senhor secretário de Estado que não concordava com essa interpretação, que era uma interpretação que não tinha sentido, os presidentes de junta são membros de pleno direito e não devem ter



nenhum impedimento para votar nas Assembleias Municipais. O certo é que esse despacho veio a sair e não era seguido pelas Assembleias Municipais, haviam algumas que o seguiam, mas genericamente não era seguido pelas Assembleias Municipais, uma das Assembleias Municipais que não o seguia era aqui Barcelos, entendimento do presidente, entendimento de todos os grupos municipais aqui presentes, que deviam continuar a votar. Portanto, era algo que tínhamos uma interpretação diferente, estávamos convictos que estávamos no bom caminho, e o certo é que a própria Procuradoria-Geral da República veio dar razão e veio afirmar que os presidentes de junta podem votar. E é isso que estamos hoje aqui como membros de pleno direito assumido, determinado por um parecer da Procuradoria-Geral da República.-----------Relativamente a outro processo que gostaria também de dar informação é o seguinte:-----é ------Suscitaram-se dúvidas, meses atrás, sobre a constituição do Grupo Municipal do BTF. Em função disso, em função dessas dúvidas, e nós somos uma Assembleia Municipal que queremos que cumpra todos os preceitos legais, em função dessas dúvidas o presidente da Assembleia entendeu colher um parecer da DGAL relativamente a isto: se podia haver a existência do Grupo Municipal do BTF. Obviamente que o presidente da Assembleia tinha noção sobre isto, a existência do Grupo Municipal do BTF nunca foi preocupação de nenhum dos deputados desta casa, de nenhum grupo municipal, vimos sempre isto de uma forma pacífica aqui, portanto, houve uma aceitação de todos os deputados que aqui estão, e foi assim que trabalhámos e estivemos a trabalhar até agora. Havendo dúvidas, pretendeu o presidente da Assembleia esclarecê-las. Pediu o parecer à DGAL, o parecer segue para a CCDRN, e veio um parecer que diz efetivamente que não pode existir o Grupo Municipal do BTF, diz que não é lícita a existência do Grupo Municipal do BTF. E porquê? Por causa de uma alínea, que



é precisamente o número um do artigo quarenta e seis-B da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, diz precisamente que no caso de coligações, quando as coligações vêm para as Assembleias Municipais, os grupos municipais constituem-se em torno dos partidos que estiveram nessa mesma coligação. Aqui os partidos que constituíram esta mesma coligação foram o PSD e o CDS e, portanto, todos os deputados ou apareciam indicados pelo PSD ou indicados pelo CDS. É isso que está determinado na lista. Eu mandei uma série de documentos para todos os deputados municipais, que está na lista do tribunal, e, portanto, não pode existir outro grupo municipal. Não podia, por exemplo, existir um Grupo Municipal do PSD, um Grupo Municipal do CDS e um grupo municipal da coligação, porque isso era viciar um pouco as regras do jogo relativamente ao processo das coligações. Pediu-se então o parecer, veio dizer que não era lícita a existência do Grupo Municipal do BTF, e seguidamente, conforme eu tinha anunciado publicamente, e sempre fizemos isso, este debate e esta troca de impressões, foi entendimento de todos os partidos e do presidente da Assembleia nunca trazer o assunto aqui à Assembleia até que isto ficasse clarificado, não tomámos posição, nenhum partido tomou posição, proferi um despacho em que disse que era intenção de não considerar ou desconsiderar a comunicação do Grupo Municipal do BTF. É uma decisão fundada na interpretação da lei, é uma decisão que está estribada também em parecer jurídico da CCDR. Há esse despacho primeiro do presidente, notifico todos os elementos constantes desse grupo municipal para se pronunciarem e dizerem algo sobre esta matéria, no fundo para se defenderem. O prazo, como todos os senhores deputados sabem, são dez dias para se pronunciarem sobre estas situações. Era importante para o presidente da Assembleia, que tinha, de um lado da sua decisão, o parecer da CCDRN, ter agora, do outro lado, uma defesa com outros pareceres, outras fundamentações jurídicas, para eventualmente



apreciar. O BTF o que veio dizer não acrescentou muito, na minha interpretação, sobre isso, não me veio dar uma justificação sólida contrária ao parecer da CCDRN, e, portanto, em suma, eu mantive a decisão que tinha anunciado e proferi um despacho final relativamente a isto, que veio considerar ineficaz a informação ou a comunicação do BTF relativamente à sua existência. Fiz isto com toda a lisura, com toda a lealdade, em todos os aspetos, segui o parecer da CCDR.-------Não segui o parecer da CCDR, o presidente não segue, no que respeita às senhas de presença. E não segue no que diz respeito às senhas de presença auferidas em sede de comissão porque entendo que o parecer da CCDR, por exemplo, é muito parcimonioso, isto é, é curto. Escreve várias páginas sobre a primeira parte da possibilidade da existência do Grupo Municipal do BTF e sobre a devolução das senhas de presença escreve três ou quatro linhas e essas três ou quatro linhas rebatias logo no primeiro despacho e rebati agora também. Porque o BTF, sobre isto, não acrescentou argumentos mais sólidos para o presidente da Assembleia ir junto da CCDR contestar isto, não vieram argumentos sólidos. Aliás, veio um argumento que até nem devia vir no meu entender, dizer que as comissões nem deviam existir e todos os outros elementos das outras comissões deviam repor as senhas de presença. Portanto, é um argumento que nem é por aí, não é por este caminho. Então o presidente da Assembleia está junto da CCDR a pedir novamente um aprofundamento do parecer, indicando razões que podem levar a que as senhas de presença não possam ter de ser repostas, nomeadamente fundando-se num parecer do professor Faria Costa, foi Provedor de Justiça deste país, um distinto professor de Coimbra de direito penal, quem está aqui de direito sabe quem é o professor Faria Costa, que sustenta aqui um certo paralelismo entre o exercício de funções públicas e o exercício de funções de deputados municipais.----------Portanto, era com esta lisura que queria trazer hoje, pela primeira vez falo



sobre este assunto, trazer isto à Assembleia. E queria dizer uma coisa muito simples, o presidente da Assembleia não é parte neste processo. O presidente da Assembleia está aqui para interpretar a lei, o regimento, a Constituição da República, e fazer seguir esses procedimentos dessa forma. Se agora vier em sede judicial, noutros patamares, se vierem amanhã dizer que o presidente da Assembleia esteve errado, não tem fundamento e tomar outra decisão, cá estará o presidente da Assembleia para aceitar essas mesmas decisões. Podíamos ter aqui outro caminho, entenderam fazer um caminho em sede de impugnações judiciais e não sei que mais, portanto, queria dizer tranquilo. Penso que eu, presidente da Assembleia, e penso que todos os grupos municipais, foi esse espírito que eu senti na última Comissão Permanente, estamos tranquilos a aguardar quais sejam as decisões sobre isto, estamos certos que estamos no bom caminho. Sobre isto era o que tinha a dizer.----------Portanto, com toda a tranquilidade vamos continuar os nossos trabalhos e, seja numa ou noutra vertente, nesta Assembleia fala toda a gente, cumprindo as regras do regimento. É para isso que me mandataram, cumprir e fazer cumprir as regras do regimento. Ao presidente compete dirigir os trabalhos da Assembleia, exigem isso, e é isso que eu tenho de fazer, foi para isso que me mandataram.----------Queria informar também todos os presentes que, relativamente então a este processo ainda do BTF, na sequência do despacho que proferi, deu entrada um requerimento do deputado do BTF, pedia ao primeiro secretário para o ler, faça o favor.-----PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Dr. Fernando Pereira.----------Eu, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Presidente da Junta de Freguesia de Manhente, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência Senhor Presidente da



Assembleia Municipal, dado a informalidade do Grupo Municipal do BTF, a minha
pretensão é passar para a qualidade de Independente, na Assembleia Municipal
Muito obrigado
Cumprimentos,
Ricardo Vilas Boas"
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Portanto, o requerimento do Ricardo Vilas Boas,
passou à condição de independente
Tem mais um requerimento, pedia ao senhor primeiro secretário para ler,
faz favor
PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – «Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Barcelos, Dr. Fernando Santos Pereira
Assunto: Comunicação do exercício como "independentes" na sessão de
doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro
Os membros abaixo indicados eleitos na lista à Assembleia Municipal de
Barcelos da Coligação "Barcelos Mais Futuro" na condição de "independentes"
comunicaram a Vossa Excelência a constituição do grupo municipal "Movimento
Independente BTF – Barcelos, Terra de Futuro" a vinte e nove de novembro de dois
mil e vinte e um, nos termos do disposto no artigo quarenta e seis-B, da Lei cento
e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, e do artigo vinte e três
do Regimento da Assembleia Municipal de Barcelos
Porém, sucede que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de Barcelos, Dr. Fernando Santos Pereira, emitiu a Decisão/Despacho definitiva/o
sobre a regularidade/legalidade da Participação/Constituição do Grupo
Municipal do BTF com data de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro,
na qual Vossa Excelência refere que "procederá à desconsideração, para todos os
efeitos, da comunicação da formação do Grupo Municipal do Movimento
Independente Barcelos Terra de Futuro – BTF, atendendo à ineficácia jurídica".



Ora, tal facto, levou a que os membros desta Assembleia signatários do presente
requerimento submetessem hoje, dia doze de dezembro de dois mil e vinte e
quatro, no Tribunal Administrativo de Braga, uma providência cautelar que visa a
suspensão da eficácia da decisão supra identificada
Pelo exposto, e por cautela, os vinte e dois elementos do Grupo Municipal
"BTF – Barcelos, Terra de Futuro" vêm pelo presente comunicar a Vossa Excelência
o exercício/condição de "independente" na sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Barcelos de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Não
obstante o presente ato, que os signatários consideram provisório, não podem
deixar de assinalar os prejuízos irreparáveis na sua esfera jurídica que esta sessão
causará, mormente nos seus direitos e interesses de participação
Respeitosos cumprimentos
Barcelos, doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro
Os signatários,
Membros eleitos diretamente para o órgão:
Augusto Fonseca Silva Dias;
Sara Cristina Rebelo Magalhães;
Teresa Maria Dias Ferreira Campos;
José Brito Faria;
Maria Elisabete Barreto da Silva;
Paulo Jorge Gonçalves Esteves;
João Longras Maciel;
Tiago Augusto Diogo Silva Dias;
João Paulo da Silva Ferreira;
Tomé Francisco Lopes de Faria;
Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas
Membros eleitos enquanto Presidentes de Junta:



David José Falcão Torres (Abade de Neiva);
Manuel Jorge Macedo Esteves (Areias);
Maria Teresa Carvalho Martins Esteves (Cossourado);
Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas (Manhente);
José Luís Pereira Dias (Moure);
lsaías da Silva Macedo Gomes (Oliveira);
José da Costa Monteiro (Remelhe);
Paula Maria Barbosa Lopes (Alheira e Igreja Nova);
Miguel Ângelo Silva Pereira (Milhazes, Vilar de Figos e Faria);
José Carlos Magalhães Vilas Boas (Silva)»
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Eu sobre este requerimento queria dizer o
seguinte:
Para efeitos de constituição dos grupos municipais não há atos provisórios,
nem para uma sessão. Isto é, os deputados não podem vir declarar-se aqui
provisoriamente são independentes ou para esta sessão são independentes, que
para a outra já o deixam de ser. E pedia para lerem o número quatro do artigo
vinte e três que diz o seguinte: "Os membros que não integrem qualquer grupo
municipal comunicam expressamente o facto ao presidente da Assembleia
Municipal e exercem o mandato como independentes". Portanto, não é uma
comunicação apenas para uma Assembleia, mas para o mandato. Assim sendo,
eu terei de considerar esta comunicação como definitiva, a menos que os
signatários a revoguem, e se a revogarem vou ao processo judicial, em que diz no
processo judicial, à frente de cada deputado municipal, por exemplo, aqui o
senhor deputado, primeiro secretário, Augusto Fonseca Silva Dias, indicado pelo
PPD/PSD. Portanto, eu vou considerar esta comunicação como definitiva para o
mandato, porque não tenho outra possibilidade. Como eu disse, ao presidente
da Assembleia compete dirigir os trabalhos desta Assembleia e isto exige saber



quem são os grupos municipais e quem são os independentes. E desta forma que
nós conseguimos ter ordem, que muita gente se espanta no país com uma
Assembleia com cento e vinte e três deputados municipais como é que
conseguimos fazer isto. Aliás, é uma Assembleia Municipal de referência.
Portanto, vou considerar como definitiva esta comunicação
Tem a palavra a senhora deputada Sara Magalhães, para fazer um recurso
para o plenário
Pedia que clarifique para que é que está a usar da palavra
DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães – Muito boa noite
Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, Senhora e Senhor
Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores
Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Caríssimo
Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Por um único motivo, é que os candidatos de grupos independentes são
também independentes nesta sessão mas não comunicaram ao senhor
presidente e no momento das votações considera-os como independentes e eles
também não integram nenhum grupo municipal. Portanto, devemos considerá-
los como não inscritos, há aqui uma distinção entre não inscritos e deputados
independentes
Esta é uma comunicação que nós fizemos, que visa esta sessão, porque
acreditamos e defendemos que a providência cautelar produzirá efeitos
De todas as formas, é meramente por cautela e na verdade colocamos à
consideração do plenário, é um direito previsto no artigo décimo oitavo
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O que é que quer colocar à consideração do
plenário, que eu não percebi, senhora deputada?
<b>DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães</b> – A consideração nesta sessão dos
nossos votos como independentes. Ao abrigo do regimento como independentes



e não do Grupo Municipal do PSD. É uma posição que eu tenho ao abrigo do artigo
décimo oitavo, que eu gostaria de fazer alusão. Ponho à consideração do senhor
presidente, obviamente
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhora deputada, eu aceitei a comunicação,
não percebi para que é o recurso, pode recorrer para o que quiser. Agora, eu
aceitei a comunicação e aceitando a comunicação a minha conclusão sobre isto
eu tenho que fazer cumprir o regimento, li o artigo vinte e três e que não veio
rebater. Vou ler novamente: "Grupos Municipais. Número quatro – Os membros
que não integrem qualquer grupo municipal", é o que temos, não sei se temos
ainda, porque estão eleitos indicados pelo PPD/PSD, mas comunicaram-me que
são independentes, portanto, aceito, "comunicam expressamente o facto ao
presidente da Assembleia Municipal e exercem o mandato como independentes".
Não exercem agora como independentes nesta sessão, daqui a quinze dias já
deixam de ser independentes. Ó senhora deputada, a minha decisão é essa. Das
duas, uma: ou revogam isto ou ficam integrados no Grupo Municipal do PSD. Têm
de decidir. Como eu disse, tenho de coordenar os trabalhos desta forma
Relativamente aos senhores deputados presidentes de junta eles já foram
eleitos como independentes, era o que faltava agora vir questionar a
independência dos deputados presidentes de junta
Portanto, é assim que eu vou considerar, vou considerar esta comunicação
para valer para o mandato, para o tempo que falta
Vamos avançar, alguém se opõe?
Mas pede a interrupção dos trabalhos para quê? Tem de fundamentar, por
favor
<b>DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira</b> – Boa noite a todos
Excelentíssimo Senhor Presidente. Senhores Membros da Mesa. Senhor



Presidente da Camara, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus
Senhores
Penso que o senhor presidente percebeu perfeitamente quando nos
referimos à situação provisória. Nós consideramos provisória porque
interpusemos hoje uma providência cautelar, sem prejuízo, como o senhor
presidente disse, obviamente se ela não gerar uma decisão favorável para nós
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, pediu a interrupção dos
trabalhos para quê? Quer a interrupção dos trabalhos, está a fazer uma
intervenção agora de cariz político. Quer a interrupção dos trabalhos para quê?-
<b>DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira</b> – Eu pedi para interromper porque o
senhor presidente estava a avançar e eu queria fazer esta declaração
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Então quer interromper os trabalhos? Então eu
vou interromper. Mas com que fundamento? O que é que pretende fazer com a
interrupção dos trabalhos? Quer falar com alguém? É isso? Interromper os
trabalhos significa que os grupos querem falar, os deputados querem falar uns
com os outros, tem de haver uma razão para eu interromper os trabalhos. Por
isso é que eu lhe pedia
<b>DEPUTADO INDEPENDENTE – Luís Pereira</b> – Era só para fazer esta declaração
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Era para fazer essa declaração de interrupção?
Mas já fez a declaração? Então não precisei de interromper os trabalhos, está
feita
Eu queria dizer também que os deputados do BTF ficam considerados,
porque não tive manifestações em contrário, como independentes para o resto
do mandato. Estão num direito que lhes assiste, podem os senhores deputados
ausentar-se, podiam fazer a interrupção dos trabalhos, podiam fazer o que
pretenderam, mas não foi para isso que usaram dessa figura
Oueria dizer também o seguinte:



-----Eu não conheço providências cautelares de boca. Providências cautelares de boca para o presidente da Assembleia e para esta Assembleia é quando o presidente for citado. Até agora não foi citado, não recebeu e não basta meter uma providência cautelar. Ela vai ser apreciada, se assim acontecer, liminarmente, o juiz vê, vê que tem identidade para prosseguir, se tem, cita o presidente da Assembleia, cita esta Assembleia para se pronunciar.-----------E volto a dizer aquilo que afirmei: este processo é um processo que decorre da violação do número um do artigo quarenta e seis-B, que é claro relativamente à constituição dos grupos municipais. O presidente tomou esta decisão baseada na sua interpretação da lei, baseada no parecer da CCDR, o Grupo Municipal do BTF anunciou que vai meter uma providência cautelar, se o presidente for citado o presidente vai acatar essa mesma decisão, vai acatar a decisão do juiz, vamos ter aqui novamente o Grupo Municipal do BTF, porque ficará dessa forma constituído.----------Senhoras e senhores deputados, vamos continuar os nossos trabalhos, vamos entrar no período de antes da ordem do dia.----------(Interrupção dos trabalhos, durante cinco minutos, por proposta do Grupo Municipal do CDS)-----------Retoma-se então os trabalhos, queria só clarificar o seguinte:------------Ao que me foi dito, os deputados do antigo Grupo Municipal do BTF não terão entendido o que eu disse. O que eu disse aqui foi muito claro, disse que tomei esta decisão de acordo com a lei, de acordo com o regimento, sustentado em pareceres, isso tudo, fundamentei essa mesma decisão. E disse também que eu não era parte neste processo. E lamento que estejam a considerar o presidente da Assembleia parte neste processo. Não sou parte neste processo. E disse também que se a decisão amanhã da providência cautelar ou da impugnação judicial vier dar razão, vier dizer que a interpretação ou o despacho



do presidente está mal, vier repor outra vez a situação, eu aceitarei isso com toda a tranquilidade. Ouviram todos os senhores deputados, os grupos municipais que vieram aqui acima não tiveram dúvidas, o BTF ficou um pouco nesta dúvida, isto é, se a providência cautelar for aceite que continuariam na mesma como independentes. Não. Vem repor exatamente a situação que existia antes do despacho do presidente da Assembleia Municipal. Eu tenho que explicar isto juridicamente bem devagarinho, devagarinho, às vezes. Mas, pronto, vem repor a situação. Portanto, é este o entendimento e é com este entendimento que vamos trabalhar. Os antigos deputados, não sei como caracterizar bem agora nem quero caracterizar, os deputados independentes que estão aqui por força deste requerimento, e considerarei assim, e que deixarão de ser independentes se a providência cautelar for aceite, se depois em sede de processo judicial também obtiver vencimento, aliás, quem é aqui jurista sabe, que se a providência cautelar for aceite repõe-se a situação, até haver, passado um mês, a interposição da ação no TAF de Braga, depois demora aquele tempo, portanto, o que vai vigorar aqui é a providência cautelar. E se ela vier e repuser a situação eu, os deputados municipais, os grupos municipais aqui presentes aceitam e respeitam a decisão do tribunal, aqui não é uma decisão, mas a citação do juiz.-----------Vamos então continuar os nossos trabalhos, penso que está tudo esclarecido. Portanto, não há aqui nenhuma limitação de direitos de intervenção de qualquer deputado e muito menos dos deputados signatários deste mesmo requerimento. Para que conste, fica aqui isso mesmo.----------Vamos então entrar agora na ordem de trabalhos, período de antes da ordem do dia.-----------A primeira intervenção é do senhor deputado Carlos Brito, do Partido Socialista.----

**DEPUTADO DO PS – Carlos Brito** – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhora e



Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores
Deputados, Caros Barcelenses aqui presentes e via Web
É com preocupação que me dirijo a esta casa para abordar a paralisia do
processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Barcelos, um problema
que compromete não apenas o presente, mas também o futuro do nosso
concelho
Contrariamente ao que o executivo tem vindo a apregoar, a realidade
mostra que estamos longe de alcançar os objetivos de uma gestão territorial
eficaz, justa e transparente
De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e
a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, as entidades responsáveis pela
gestão territorial devem avaliar continuamente os seus programas e planos. Ao
nível municipal isso implica a elaboração de um Relatório sobre o Estado do
Ordenamento do Território (REOT) a cada quatro anos
No site do município, no menu "Processo de Revisão do PDM", diz:
"Na sequência de deliberação da Câmara Municipal de Barcelos, de doze
de julho de dois mil e dezanove – repito, dois mil e dezanove – de iniciar o processo
de revisão do Plano Diretor Municipal, vai decorrer entre o dia sete e vinte e cinco
de outubro de dois mil e dezanove o período de participação pública prévio"
O que sabemos é que foram feitas reuniões com os senhores presidentes
de junta sobre o PDM logo no início deste mandato mas o que é que
aconteceu? Nada!
Os barcelenses continuam, ansiosamente e desesperadamente, à espera
de novidades!
O PDM é um instrumento essencial para o planeamento do nosso
território e para o desenvolvimento sustentável. No entanto, o atraso na sua



revisão tem causado um impacto direto e negativo na vida das pessoas. O que
deveria ser uma solução tornou-se uma fonte de problemas. Os serviços de
planeamento e gestão urbanística, mas sobretudo este executivo, longe de
resolverem as questões dos nossos residentes e investidores, têm criado novos
entraves
O impacto desta inércia é devastador. A falta de um PDM atualizado
impede a expansão ordenada das áreas urbanas, trava projetos e sonhos de uma
vida, como ter uma habitação própria, e afasta investidores
Os barcelenses quando se dirigem à "Casa do Rio" enfrentam processos
longos e desgastantes. Os técnicos, contratados pelos barcelenses, e profissionais
da nossa praça também desesperam e não têm soluções e queixam-se "à boca
pequena": "não há quem mande, não há quem decida, este serviço nunca
funcionou tão mal, etc., etc."
Empresários interessados em desenvolver negócios são empurrados para
uma teia burocrática que sufoca o empreendedorismo e impede a criação de
postos de trabalho e a modernização das nossas indústrias
Eu pergunto:
Onde está a "Agência de Desenvolvimento Económico" e as suas funções
de "ligação ao tecido empresarial?
Onde e como um cidadão se pode dirigir ou contactar o prometido "Balcão
do Investidor"? Pois, não existe!!!
Mas sejamos claros, o problema não está nos funcionários da autarquia.
Estes são os verdadeiros heróis desta tragédia administrativa, obrigados a dar a
cara perante os munícipes, sem a necessária cobertura política, sem incentivos e
sem uma cultura de organização que promova o sentido de serviço público de
excelência. A gestão política falhou redondamente ao não dotar os serviços de
meios adequados e de uma visão estratégica clara. Este executivo não executa



este tipo de ação política, provavelmente faz outro tipo de política ou preocupa-
-se com outras coisas
Sabemos que a missão de gerir um município é difícil. Mas o que vemos
hoje em Barcelos é a evidência de que esta missão está muito além da capacidade
desta coligação (PSD/CDS/BTF), que se mostra esgotada e incapaz de responder
aos desafios do presente e às oportunidades do futuro
Não existe uma gestão transparente, eficiente e orientada para
resultados
Não permitiremos que Barcelos continue a ser vítima da incompetência e
da falta de visão política
Defendemos uma administração que sirva as pessoas, resolvendo
problemas em vez de os criar
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD
<b>DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros
Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de
Freguesias, Comunicação Social, Caro Púbico aqui presente e todos aqueles que
nos seguem via Web
A inscrição de uma verba significativa no orçamento de Estado de dois mil
e vinte e cinco destinada à construção do novo Hospital de Barcelos vai de
encontro a um dos maiores e mais antigos e legítimos anseios dos barcelenses,
pondo fim a longos anos de espera e merecendo assim o nosso voto de
congratulação
Falamos da construção prevista de uma nova unidade hospitalar, equipada



com tecnologia de ponta para melhor servir as populações e atrair bons
profissionais, num projeto a pensar no futuro, criando as melhores condições
para os profissionais da saúde, no sentido de prestarem um melhor serviço aos
utentes
Falamos num projeto com um investimento global previsto de cerca de
duzentos milhões de euros e em que, para dois mil e vinte e cinco, o orçamento
de Estado tem já inscrito mais de catorze milhões de euros
Falamos do quinto maior investimento previsto na área da saúde a nível
nacional em dois mil e vinte e cinco e no maior investimento previsto na área da
saúde para o distrito de Braga nesse mesmo ano
Um projeto que visa permitir aos barcelenses virem a ter acesso a cuidados
de saúde condignos e equiparados ao que de melhor se pratica em outros
territórios
É verdade que a nível local todos os partidos e forças políticas foram
importantes no trabalho desenvolvido nestes longos anos de espera. Mas
também não é menos verdade que foi num governo com o PSD e numa gestão
autárquica onde o PSD se encontra que foram reunidas todas as condições para
que esta longa espera tenha terminado e a construção do novo Hospital de
Barcelos passe de miragem a realidade
Um governo que não se limitou a prometer em sucessivas campanhas
eleitorais a construção do novo Hospital de Barcelos para sempre o adiar e deixar
para os últimos dias de governação, já em jeito de despedida, um despacho do
ministro a aprovar o perfil assistencial do hospital, como fez o governo do Partido
Socialista, que nunca teve verdadeiramente vontade política de construir o novo
Hospital de Barcelos
Mas também um executivo municipal que não andou com avanços e
recuos em matéria de localização do novo hospital e da aquisição dos terrenos,



contrariamente ao que fez a gestão autárquica do Partido Socialista. Um executivo municipal que teve uma estratégia e uma linha de rumo e que, desde a primeira hora, se preocupou em criar todas as condições para que a construção do novo Hospital de Barcelos possa hoje ser encarada como uma verdadeira realidade. O orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco, que hoje votaremos, é mais um passo que o executivo municipal dá na criação dessas condições.------------Uma palavra para o trabalho desenvolvido pelo deputado barcelense na Assembleia da República, Dr. Carlos Reis, pela forma como colocou a premência da construção do novo Hospital de Barcelos sempre na agenda da discussão das temáticas na área da saúde. A sua persistência e resiliência, não se preocupando com o seu lugar de deputado, mas sim com o que é melhor para Barcelos, foram importantes para este desfecho.----------Permitam-me ainda que destaque a forma como Barcelos está a viver mais uma quadra natalícia. Para além da belíssima iluminação de Natal, ligada há cerca de um mês de antecedência do dia de Natal, temos uma vasta e diversificada programação para a quadra natalícia, que o Município de Barcelos preparou para oferecer aos barcelenses e a todos aqueles que nos visitam nesta época. Certamente o comércio local agradece este forte e importante incentivo à sua promoção e dinamização realizado por parte do município. A iluminação de Natal de Barcelos já se está a tornar uma referência a nível nacional, em contraponto com o que aconteceu em outros mandatos, num passado ainda recente, em que uma modesta iluminação foi ligada apenas a cerca de uma semana do dia de Natal.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----**DEPUTADO DO CH – António Jardim** – Senhor Presidente da Assembleia



Municipal, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e
Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e aqueles que nos
acompanham também via Web
Desde o início do mandato deste executivo municipal e pela voz do senhor
presidente ouvimos reclamações e acusações pela falta de seriedade do
executivo anterior, o qual mereceu da nossa parte total concordância
O senhor presidente usou várias vezes da palavra nesta Assembleia para
se vangloriar da resolução dos diferendos que alguns funcionários tinham para
com o município e que os mesmos foram causados pelo anterior executivo,
apontando para uma perseguição que existia para com alguns funcionários
Houve mesmo acordo para compensar alguns desses funcionários e uma
vez mais concordamos com o executivo, porque entendemos que com esse
assumir de responsabilidade minimizou os danos para com esses mesmos
funcionários
Pois bem, senhoras e senhores deputados, em dois mil e vinte e quatro e
no momento em que este executivo já tem três anos de trabalho cumprido,
lamento informar mas temos de lhe atribuir nota negativa neste campo
Os funcionários municipais estão hoje sujeitos a um enorme stress laboral
e infelizmente não estão protegidos nem apoiados pelo executivo
Perante algumas atitudes incongruentes da senhora diretora do
Departamento de Administração Geral, o Grupo Municipal do Partido Chega
considera não haverem condições para a senhora diretora continuar a exercer as
funções que ocupa e responsabilizamos a mesma pelos seguintes atos:
Nunca em momento algum houveram tantos processos disciplinares
pendentes sobre os funcionários do município;
Estamos perante um saque onde todos os motivos são válidos para um
processo disciplinar aos funcionários do município e deste modo aplicar coimas



completamente absurdas;
Existem processos disciplinares com despedimento de funcionários do
município;
Segundo informação obtida por terceiros, suspeita-se que não é dada a
oportunidade de defesa aos funcionários nos parâmetros que a lei prevê com
diversas ilegalidades que recuso expor dada a gravidade
Lamento dizer, mas estes pressupostos, a serem verdade, terão de ter
consequências
Estamos em época natalícia que é tradicionalmente o momento das
crianças e como tal vou falar de educação e mais concretamente de uma escola
que conheço muito bem
A escola básica da Pousa foi alvo de obras de requalificação muito
recentemente e os alunos que a frequentam estão satisfeitos com as condições
das salas de aula
Este será, no entanto, um Natal amargo para estas crianças, ou seja, vou-
lhes falar de um menino, utilizando um nome fictício, "João"
O João é um menino que gosta de jogar futebol e há pouco mais de vinte
e quatro horas teve um acidente no campo de futebol da escola quando jogava
com os amigos, como resultado o João ficou com lesões na face que podem deixar
marcas permanentes. Mas tudo isto poderia ser evitado, pois estamos perante
uma escola onde foram investidos mais de dois milhões de euros
Dois milhões de euros e o João sofreu uma queda no campo de futebol
onde todo este dinheiro não chegou para substituir o piso de alcatrão existente,
é verdade, o parque desportivo mantém o piso em alcatrão
Será escusado dizer que se a substituição deste piso estivesse
contemplada nas obras de requalificação o João hoje não estaria maltratado, a
sua família não estaria frustrada e desiludida e a comunidade escolar teria um



Natal muito mais feliz
Mas esta escola não se fica por aqui, no início do ano letivo dois mil e vinte
e três/dois mil e vinte e quatro, junto da senhora vereadora, fiz questão de
explanar as falhas encontradas na escola, não existe um espaço onde as crianças
sejam acolhidas antes e após o horário letivo, pois são literalmente largadas nos
corredores da escola, não restando outra alternativa que não seja estarem
dispersas pelo corredor com limitações na prática de atividades e quase sempre
sentadas no chão. Neste momento não basta dizer que a culpa é do anterior
executivo, são necessárias soluções para este e outros problemas que de um
modo generalizado vão surgindo nas escolas do nosso concelho
Tendo em conta o orçamento para dois mil e vinte e cinco, talvez faça
sentido que seja tido em conta estas variáveis nas futuras obras de requalificação
de edifícios escolares
Senhoras e senhores deputados, relativamente à questão da alimentação
nas escolas do concelho, aqui trazida pelo Chega, devo acrescentar que temos
conhecimento de algum retrocesso face às melhorias assinaladas anteriormente
Termino dizendo que infelizmente e apesar das inúmeras tentativas de
contactar o gabinete da educação ao longo das últimas semanas, não foi possível
transmitir estas nossas preocupações a quem de direito e assim sendo tivemos
de o fazer aqui no local onde deveríamos ocupar o tempo a discutir temas mais
abrangentes para a população barcelense
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos
<b>DEPUTADO DO TB – José Rosa</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia
Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus



Senhores.-----------A moção que o TB traz hoje aqui à discussão pode parecer extemporânea, mas entendemos que não é. E não é porque estamos no ano do cinquentenário da Revolução dos Cravos e nunca é de mais relembrar abril. E depois faz precisamente hoje, no dia doze, quarenta e oito anos que se realizaram as primeiras eleições autárquicas livres.----------A Revolução dos Cravos, ocorrida em abril de setenta e quatro, representa um dos momentos mais marcantes da história de Portugal. Foi o fim de quase meio século de ditadura, trazendo ao país a liberdade, a democracia e a garantia dos direitos fundamentais. O espírito de abril, simbolizado pelos cravos vermelhos, trouxe a esperança de uma nação mais justa, igualitária e soberana, devolvendo ao povo português o direito de decidir o seu futuro.----------O poder autárquico instituído e consubstanciado nas eleições de doze de dezembro de mil, novecentos e setenta e seis (precisamente há quarenta e oito anos), consolidou-se como uma das grandes conquistas da revolução. A criação das autarquias locais trouxe a democracia para mais perto dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento regional e a descentralização do poder. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia passaram a desempenhar um papel crucial na gestão dos interesses locais, garantindo uma administração mais eficiente e próxima das necessidades da população.-----------Hoje, estando a terminar o ano do cinquentenário do vinte e cinco de abril, e assinalando o quadragésimo oitavo aniversário das eleições autárquicas livres, reafirmamos o nosso compromisso com os valores de abril: a defesa intransigente da liberdade, da justiça social, da igualdade e da participação ativa de todos os cidadãos na construção de um país cada vez mais democrático e inclusivo.------------O Todos Barcelos propõe assim que esta moção seja aprovada em homenagem aos cinquenta anos de liberdade, e aos quarenta e oito anos de



eleições autárquicas, e que seja também utilizado como testemunho vivo da importância de recordar e celebrar este legado, temos de homenagear os Capitães de Abril, os resistentes antifascistas, e todos aqueles que, de forma visível ou anónima, deram o seu contributo para a construção de um país mais livre e justo. Temos de saudar também todos os autarcas no ativo e lembrar aqueles que já partiram, todos eles servem e serviram as suas comunidades com dedicação e espírito de serviço público, fortalecendo o poder local e aproximando a democracia de cada cidadão.----------Termino, porque este é o ano do cinquentenário da Revolução dos Cravos, com uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal (extensivo aos grupos municipais e à Comissão Comemorativa dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril), souberam celebrar e honrar este momento histórico, com várias, variadíssimas e interessantes iniciativas. Estas comemorações foram importantes para preservar a memória histórica do vinte e cinco de abril e são essenciais para reforçar os valores de liberdade, justiça e igualdade para futuras gerações.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem agora a palavra o senhor deputado do CDS, José Manuel Cardoso.----DEPUTADO DO CDS-PP - José Manuel Cardoso - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Digníssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Digníssimo Público.-----------O CDS vem por este meio apresentar o "Voto de Saudação pelo quadragésimo nono Aniversário do vinte e cinco de Novembro de mil, novecentos e setenta e cinco".----------"Como o tem vindo a fazer ao longo dos anos, o CDS vem apresentar um voto de saudação pela passagem de mais um aniversário do vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco.-----



No ano em que se assinala o quadragésimo nono aniversário do vinte e
cinco de novembro, a Assembleia Municipal de Barcelos volta a evocar
simbolicamente a importância histórica da vitória do movimento democrático
Este ano, finalmente, pela primeira vez foi o vinte e cinco de novembro
assinalado numa sessão solene no Parlamento
Fazemos votos para que muitas outras possam ser assinaladas aos longos
dos anos
Comemorar o vinte e cinco de novembro não é comemorar o vinte e cinco
de abril
As duas datas não são comparáveis, nem devem ser comparadas
A data maior do nosso Portugal democrático é o vinte e cinco de abril de
mil, novecentos e setenta e quatro, ponto final
"Com o vinte e cinco de abril ganhámos a liberdade, com o vinte e cinco de
novembro evitámos que a liberdade fosse perdida", palavras do líder parlamentar
do CDS, na sessão comemorativa do Parlamento
A vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco os
portugueses colocaram-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir
uma ditadura por uma outra de sinal contrário
Só a esquerda radical vê no vinte e cinco de novembro um contra vinte e
cinco de abril
Assim como o vinte e cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro
também o vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco não é
propriedade de qualquer força política, não é de esquerda nem de direita,
pertence a todos os portugueses
Quando muito se fala de populismos e extremismos, maior relevo
assumem os acontecimentos históricos que visaram precisamente pôr fim a
derivas totalitárias e extremistas



Importará destacar o papel dos militares, em particular os Generais
Ramalho Eanes e Jaime Neves, cuja coragem e determinação foram decisivas para
travar o processo revolucionário, e também dos líderes dos partidos
democráticos (PS, PSD e CDS) pelo seu compromisso com os valores da liberdade
e da democracia
Neste ano em que se comemora o centenário do nascimento do Dr. Mário
Soares, fica aqui o nosso reconhecimento pelo papel decisivo que teve no vinte e
cinco de novembro de mil, novecentos e setenta e cinco e na consolidação da
democracia
Na obra intitulada "Mário Soares, um Político Assume-se", podem ler-se
as seguintes palavras: "O vinte e cinco de novembro de mil, novecentos e setenta
e cinco foi extremamente importante para Portugal. Foi o virar de uma página,
que podia ter sido trágica, e a restituição da revolução de abril à sua pureza inicial:
a democracia pluralista de tipo ocidental, num Estado de direito, civilista,
respeitador dos direitos humanos e com uma dimensão social, marcada pela
igualdade de oportunidades. ( ) O vinte e cinco de novembro foi uma ação para
repor a revolução genuína — e não uma contrarrevolução como disseram os
comunistas e os esquerdistas"
O PS não tem que ter vergonha de evocar e comemorar o vinte e cinco de
novembro!
A Assembleia Municipal de Barcelos assinala a passagem do quadragésimo
nono aniversário do vinte e cinco de novembro como um dia histórico que repôs
o curso da democratização de Portugal"
Foi esta a nossa saudação que apresentámos aqui nesta Assembleia
Para terminar, dizer que o vinte e cinco de novembro significa para mim,
enquanto democrata, uma data muito especial. Porque com o vinte e cinco de
novembro podemos ter aqui nesta Assembleia todas as forças políticas a



expressar a sua política quer para o concelho, quer a nível nacional, quer aqui
nesta Assembleia, quer em todas as outras Assembleias do país, como na
Assembleia da República
Certamente que se não fosse o vinte e cinco de novembro hoje
poderíamos estar a viver uma situação totalmente diferente, como hoje vemos
em muitos países, onde se assiste a uma falsa democracia, onde impera regimes
déspotas que por vezes têm um fim trágico quer para os déspotas, mas
principalmente para quem são os seus opositores. E basta ver hoje no dia-a-dia
como é na Venezuela, como foi agora na Síria, como foi em outros tantos países,
como Cuba, onde ninguém pode ter uma expressão diferente do regime
Viva a democracia!
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra agora o senhor deputado Miguel Martins, do Grupo
Municipal do Bloco de Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – Miguel Martins</b> – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,
Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Comunicação
Social aqui presente, Público aqui presente e quem nos segue via Web
O Bloco de Esquerda traz à sessão de hoje da Assembleia Municipal um
voto de saudação ao vinte e cinco de novembro, que infelizmente o CDS acaba
por não gostar muito de falar deste vinte e cinco de novembro, mas tem mais
importância do que tentar confundir a história, que neste caso é o Dia
Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres
No passado dia vinte e cinco de novembro assinalou-se mais um Dia
Internacional Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Uma data muitas



vezes esquecida, mas que é crucial para refletirmos e agirmos coletivamente contra uma das mais graves violações, diria até sistémicas violações dos direitos humanos em Portugal e no mundo.----------Este dia não é apenas um dia para assinalar, mas é também um dia em que há que reconhecer o trabalho de inúmeras associações, organizações e movimentos que trabalham em prol de conseguir uma maior igualdade de género e lutam por uma sociedade livre de violência e discriminação.----------Os dados mais recentes, como já irei apresentar, continuam a ser extremamente alarmantes e exigem uma ação coletiva.----------Portugal continua a deparar-se anos após anos com elevados índices de violência contra as mulheres.----------Senhoras e senhores deputados, façamos um breve exercício que infelizmente é uma realidade, pelo menos para mim, bastante presente que enquanto homem, quando se fala da violência contra as mulheres, acaba-se por se fazer o exercício que é: e se fosse a tua namorada? E se fosse a tua mulher? E se fosse a tua mãe? E se fosse a tua avó? E se fosse a tua irmã? E se fosse só uma mulher que tivesse algum valor para ti? O que é que eu quero com isto dizer? Nós fazemos este exercício direcionado aos homens para os consciencializar que as mulheres são alvo de situações bastante graves e que não deviam acontecer, mas nunca são feitos estes exercícios reconhecendo o papel da mulher. Tem sempre que se fazer uma associação que dê ao homem razão para perceber o que é que se passa. E isto é grave. Porque infelizmente estamos em dois mil e vinte e quatro e desde o início deste ano só em contexto de violência doméstica, em média, mais de duas mulheres são mortas por mês. Até quinze de novembro foram vinte e cinco as mulheres assassinadas. No ano anterior, em dois mil e vinte e três, foram registados um total de trinta mil, trezentos e vinte e três casos de violência doméstica. E nos primeiros três meses de dois mil e vinte e quatro as ocorrências



reportadas, ou seja, fora as que não são reportadas à PSP e à GNR, ascendiam já a vinte e três mil e trinta e dois, só em dois mil e vinte e quatro. E engane-se também quem acha que a violência doméstica é apenas agressão física ou sexual. Há também situações de agressões psicológicas cada vez mais comuns e agressões até económicas. E há que reconhecer que pese embora medidas de apoio como o acolhimento de vítimas pela Rede Nacional de Apoio que registou já um total de mil, quatrocentos e dezanove vítimas, mas também a aplicação de mil, cento e trinta e quatro medidas de coação, este problema continua a persistir. E a luta pela eliminação da violência de género não é uma coisa isolada da realidade em que as mulheres estão inseridas. Questões como a igualdade laboral e salarial, o acesso à habitação, educação inclusiva, justiça efetiva para as vítimas, tantas questões que acabam por ser ignoradas.----------Além disso e relacionado com os jovens, digamos assim, cento e três por cento dos jovens em relacionamento são vítimas de alguma forma de violência, sessenta e oito ponto um legitimam comportamentos abusivos.----------No mundo, uma em cada oito mulheres, ou meninas, são vítimas de violação ou abuso sexual, foram vítimas de abuso sexual ou de violação na infância, são trezentas e setenta milhões de mulheres. Cento e vinte milhões dessas vítimas são raparigas com menos de vinte anos que viveram algum tipo de experiência sexual forçada.----------Podia continuar a enumerar dados, infelizmente são muitos. Mas uma coisa é certa: o Município de Barcelos tem de continuar a comprometer-se com a importante tarefa de promover e reforçar todas as políticas públicas de prevenção e apoio às vítimas de violência doméstica, como tem feito, e é uma luta que tem que continuar a travar. E, acima de tudo, enquanto sociedade, enquanto agentes políticos, enquanto órgão que é esta Assembleia Municipal temos que continuar a sensibilizar a sociedade para esta situação e garantir que



há tolerância zero para a violência contra todas as meninas e mulheres do nosso
país e do mundo
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Última intervenção desta ronda, o senhor deputado Mário Figueiredo, do
Grupo Municipal do Partido Comunista Português
<b>DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo</b> – Muito boa noite
Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente
da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Meus Senhores e Minhas
Senhoras
Trago aqui alguns apontamentos que fui tomando nota à medida que
estive aqui atento às outras intervenções e no primeiro apontamento podem até
considerar que é um avivar de memória ou até uma certa denúncia daquilo que
é um ano do novo acordo que foi feito por este executivo com a concessionária,
portanto, o novo acordo da água. E para avivar a memória, para saber quem disse
o quê, há cerca de um ano, precisamente, o Partido Comunista Português
contestava aquela ideia de que a Câmara Municipal de Barcelos resolveu o
problema. Ora, a Câmara Municipal de Barcelos não resolveu o problema,
simplesmente passou o problema para os barcelenses. Resolveu sim o problema
de uma concessionária que tinha um crédito, em forma de indemnização, que era
impagável, portanto, não lhe interessava nada executar essa indemnização,
tínhamos uma Câmara Municipal de Barcelos que estava debaixo desta
indemnização, o acordo permitiu dar músculo a uma concessão e tornar aquilo
que era um negócio que foi idealizado há vinte anos agora andar sobre carris e,
portanto, a ter os lucros e a garantir os lucros que eles sempre perspetivaram
desde a primeira hora e, segundo contas feitas, não pelo Partido Comunista,
prevê-se que o lucro no final da concessão será cerca de mil milhões de euros. E



eu quero dizer isto porquê? Quando denunciei que quem ia pagar a indemnização iam ser os barcelenses está aí, o aumento da fatura da água, prejudicando famílias, comerciantes, em média, mais de trinta por cento de aumento que os barcelenses têm que suportar agora com a água. Em que o preço do saneamento é uma situação absurda aquilo que se paga pelo tratamento da água. Além do mais é tão absurdo quer no preço, quer na forma como é contabilizado. Porque se nós bebemos um copo de água estamos a pagar a água que consumimos, mas também estamos a pagar o tratamento dessa mesma água. Se nós regamos uma planta estamos a pagar a água que estamos a utilizar e também estamos a pagar o tratamento dessa água que nunca vai ser tratada. Portanto, é este absurdo que os barcelenses têm que suportar e a indemnização está a ser paga muitas vezes pelos barcelenses. Portanto, eu quero contestar aquela ideia que a Câmara Municipal... resolveu sim o problema do executivo. Não resolveu o problema dos barcelenses, antes pelo contrário, quintuplicou a indemnização a pagar, que vai ser paga todos os dias durante trinta anos pelos barcelenses. Era este avivar de memória e esta denúncia que eu não queria deixar de fazer.------------Uma das consequências também deste acordo da água em que este município resolveu dar músculo é a falta de investimento na rede pública. Há muitas freguesias, muitos barcelenses sem acesso à água pública e sem acesso a saneamento, o que vai continuar durante vários anos. A falta de tratamento e de estruturas de tratamento de água que prejudica o nosso Rio Cávado e a poluição que cada vez agrava mais fruto de políticas de prevenção e fruto de políticas de investimento nestes equipamentos, estou a falar muito concretamente na ETAR, embora haja agora, parece, verbas destinadas para este fim.----------E aqui também não quero deixar de falar de um segundo apontamento que é exatamente este: estamos em fase de execução de algumas obras em torno do Rio Cávado, mas não quero deixar de lembrar que o problema fundamental



do Rio Cávado é a sua poluição. É o dever deste município, no seio da CIM, também chamando à responsabilidade do próprio governo, de delinear uma estratégia para a despoluição do Rio Cávado e de tomar medidas de prevenção que não prejudiquem cada vez mais o Cávado. Agora há tecnologias que estão ao nosso lado que podem de facto nos ajudar na prevenção do combate contra a poluição do Cávado.----------Para terminar mesmo, dizer que o CDS agarra-se à questão do vinte e cinco de novembro à falta de propostas para a solução do país, muito concretamente até da habitação, dos baixos salários, do poder de compra... habitação, aliás, é um dos principais responsáveis, porque isto disparou para uma forma... esta mercantilização da habitação foi fruto de uma Lei Cristas, conhecida pela Lei dos Despejos. Portanto, agarrem-se a problemas concretos, deixam lá isso do vinte e cinco de novembro.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Vamos iniciar a segunda ronda de intervenções, o senhor deputado Nuno Martins, do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----**DEPUTADO DO PS - Nuno Martins** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses aqui presentes, Comunicação Social e saúdo também todos aqueles que nos seguem online.-----------O Partido Socialista irá votar favoravelmente os votos aqui apresentados. No entanto, gostaria de tecer aqui algumas considerações.---------Relativamente à congratulação do PSD, recordar aqui que já em dois mil e dezanove houve uma inscrição relativa ao Hospital de Barcelos no orçamento do Estado por proposta, aliás, do Bloco de Esquerda. E gostaríamos aqui de recordar, todos nos recordamos qual foi a reação do PSD.-----



------Mas mais importante ainda seria que o PSD esclarecesse aqui de forma séria, não como fez há pouco, qual o valor que está inscrito no orçamento do Estado para dois mil e vinte e cinco para a construção do Hospital de Barcelos!---------A resposta é muito simples: não está inscrita qualquer rubrica para a construção do Hospital de Barcelos neste orçamento para dois mil e vinte e cinco, ao contrário do que sucede, aliás, com os hospitais Central do Alentejo, Lisboa Oriental, Seixal, Sintra, Gaia e Espinho. Portanto, não percebemos este alarido.-------Em vez de andar com estas habituais parangonas publicitárias, seria bom que o PSD e o seu presidente se preocupassem em cumprir com as suas obrigações previstas no acordo de cedência para a aquisição dos terrenos, mormente a aprovação do plano de pormenor, ainda não aprovado, ou ainda preocupar-se com os três anos que têm para construir a variante poente e o acesso ao hospital e realizar todas as obras de urbanização e infraestruturas necessárias.-----------Menos show off e mais trabalho é aquilo que os barcelenses esperam de quem os representa.----------Relativamente ao voto do CDS.----------Dizer que o PS não tem vergonha do vinte e cinco de novembro, até porque muitos socialistas, nomeadamente o saudoso Mário Soares, foram fundamentais para essa data!----------O PS não tem vergonha do vinte e cinco de novembro, como não tem vergonha do vinte e cinco de abril, pelo contrário, tem muito orgulho, porque muitos foram os socialistas que estiveram na linha da frente pela liberdade.----------E sobre o vinte e cinco de novembro recordar que não foi uma vitória da direita sobre a esquerda, foi uma vitória da esquerda democrática portuguesa.-------O vinte e cinco de novembro repôs o espírito e o programa do vinte e cinco de abril, mas também impediu as tentações revanchistas da direita radical, como



alguns parecem saudosistas noje em dia
Portanto, dizer aqui que o Partido Socialista é o partido da liberdade e tem
muito orgulho no papel de Mário Soares e vários outros socialistas no vinte e
cinco de abril e também no vinte e cinco de novembro!
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Grupo
Municipal do PSD
<b>DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Permita-me que, em si, renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos
meus Colegas e ao Público
Somente para partilhar com vocês a posição do PSD em relação às moções
e votos de congratulação e saudação, hoje aqui apresentados
Relativamente ao voto de congratulação pela inscrição no orçamento de
Estado de dois mil e vinte e cinco do novo Hospital de Barcelos votaremos,
naturalmente, a favor por tudo que referi na anterior intervenção
Em relação à moção do Todos Barcelos votaremos a favor pois cumprir
abril também é apostar na importância do poder local democrático para o
desenvolvimento dos territórios. O poder local democrático é mais uma das
muitas e grandes conquistas de abril e foi fundamental na recuperação do atraso
estrutural que o país apresentava nos inícios da década de setenta. Com
exemplos de muitos autarcas que ao longo dos últimos cinquenta anos deixaram
uma marca distintiva no desenvolvimento das suas freguesias e no
desenvolvimento dos seus concelhos, e aos quais Portugal e os portugueses
muito lhes agradece
Barcelos é um bom exemplo quer pela quantidade, mas essencialmente
pela elevada qualidade dos autarcas que tem e que teve ao longo dos vários anos.



Autarcas que contribuíram e autarcas que contribuem diariamente para o
desenvolvimento significativo do concelho de Barcelos e até em cada uma das
suas freguesias. Autarcas que merecem todo o nosso louvor. Autarcas que
merecem todo o nosso agradecimento
Quanto ao voto de saudação do CDS votaremos a favor pois é inegável a
importância do vinte e cinco de abril para o alcançar de um Portugal moderno,
mas sem o vinte e cinco de novembro dificilmente teríamos um Portugal
verdadeiramente livre, de paz e democracia, um Portugal europeu e aberto ao
mundo, tal como o que, felizmente, hoje somos. Celebrar o vinte e cinco de
novembro em nada belisca a enorme importância que o vinte e cinco de abril tem
para Portugal
Relativamente ao voto de saudação do Bloco de Esquerda votaremos
naturalmente a favor pois somos a favor da igualdade de género. Somos contra
qualquer tipo de violência e de discriminação
O Partido Socialista e o senhor deputado Carlos Brito falar do PDM hoje,
quando o Partido Socialista ignorou olimpicamente a revisão do PDM durante
vários anos dos seus mandatos é, no mínimo, surreal
O PDM devia ter iniciado a sua revisão em dois mil e quinze e terminado
em dois mil e vinte, com cinco anos para essa revisão
O Partido Socialista deixou o processo de uma forma embrionária, muito
atrasado
O atual executivo municipal andou a correr contra o tempo e bem sabem
ou deveriam saber que a revisão do PDM demora o seu tempo, tem que passar
por várias entidades e colher pareceres em várias entidades. E, tanto quanto
sabemos, estará para breve a finalização do processo
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado



Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do
CDS-PP
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
demais Vereação, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, Presidentes
de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores
O CDS vem aqui fazer algumas considerações em relação às intervenções
antecedentes e justificar o seu sentido de voto em relação aos votos de louvor,
de congratulação, que foram apresentados
Em relação ao voto a favor do nosso voto de saudação do vinte e cinco de
novembro por parte do Partido Socialista apraz-nos registar esse voto favorável.
É uma grande evolução do Partido Socialista. Isto porquê? Porque em dois mil e
vinte e dois o CDS teve a oportunidade de apresentar uma moção aqui nesta
Câmara sobre o vinte e cinco de novembro e na altura, eu tenho aqui a ata,
sessenta e três votos de abstenção, quarenta e dois foram do Partido Socialista.
Não houve um único elemento do Partido Socialista que tivesse votado a favor
da proposta sobre o vinte e cinco de novembro do CDS. Portanto, é uma grande
evolução e apraz-nos registar essa evolução
Em relação ao voto de congratulação do PSD naturalmente iremos votar
favoravelmente, é mais um pequeno passo no sentido de tornar realidade um
equipamento que é necessário para o concelho de Barcelos e que os barcelenses
anseiam e que faz falta para os barcelenses. Portanto, votaremos
favoravelmente
Em relação à moção do Todos Barcelos, aliás, o próprio senhor deputado
o disse, que não considerava extemporâneo na parte dos cinquenta anos da
revolução de abril, abril realiza-se todos os dias, portanto, não será
extemporâneo, mas confundir a revolução de abril com os quarenta e oito anos



de poder autárquico penso que não joga bem, ou seja, estamos a tirar a
importância a uma coisa em detrimento de outra e assim sucessivamente.
Portanto, seria bom que apresentassem uma coisa só para lhe dar mais destaque,
mas votaremos favoravelmente
Em relação ao voto de saudação do Bloco de Esquerda, como já aqui o
dissemos várias vezes, não temos qualquer preconceito ideológico em votar
favoravelmente votos, moções, do Bloco de Esquerda desde que o tema esteja
de acordo com a nossa política. E em relação a esse voto de saudação só um
pequeno aparte, é que o Bloco de Esquerda faz aqui uma confusão entre violência
doméstica e violência sobre as mulheres, aliás, quem leu o texto, e o senhor
deputado que me antecedeu confundiu as duas coisas. São coisas distintas.
Naturalmente que a violência doméstica maioritariamente é sobre a mulher, mas
não necessariamente. Mas nós iremos, como é óbvio, votar favoravelmente
Muito obrigado, senhor presidente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputadoTem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputadoTem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputadoTem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda  DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidenteCumprimento a sua pessoa, Senhor Secretário, Senhora Secretária da
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputadoTem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda  DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito obrigado, senhor presidenteCumprimento a sua pessoa, Senhor Secretário, Senhora Secretária da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado



de um direito que foi sistematicamente esquecido e sistematicamente não atendido. Porque é que vamos agora fazer uma espécie de grande feito, felicitações, se nós temos décadas de espera por uma infraestrutura que há muito tempo já devia existir, que já devia estar a ser festejada nessa perspetiva. Depois a forma como é apresentada, com regozijo, com alegria, até com citações muito poéticas e interessantes, mas no fundo não diz exatamente o que é que está em causa. Porque o que é que está inscrito como verba? Estão lá catorze milhões. Quando? Nem vocês o dizem quando. Nem vocês o dizem quando. Nós, por exemplo, apresentámos um aditamento na discussão da especialidade exatamente para de certa forma forçar que fosse dito quando era iniciado todo o processo, no primeiro semestre de vinte e cinco. Nem isso foi assumido. Portanto, dá a impressão que estamos já a festejar, quase que a cortar a fita. Não. É um processo, sem dúvida alguma que ao momento tem indicadores que são importantes, e que o são, que nós também consideramos válidos e importantes, mas não estaremos de maneira alguma a festejar no imediato qualquer obra porque ela ainda não nasceu, quisesse o Deus ou não. Mas votaremos favoravelmente porque sempre estivemos deste lado e sempre manifestamos posições, nomeadamente em dois mil e dezoito e dezanove, quando foi o orçamento nós assim na altura fizemos aprovar e viram no que deu de seguida.-------Quanto ao voto, do CDS, de saudação ao vinte e cinco de novembro. Já é habitual, não é novidade nenhuma, e já é habitual nós votarmos contra, por isso não vamos mudar de voto, obviamente. Temos outro vinte e cinco de novembro, temos outra forma de o festejar. E queria dizer uma coisa importante sobre isto. Esta diabolização do período do PREC é um erro, é um erro, e é acima de tudo o abrir portas a que a extrema-direita ganhe campo e terreno para algo de importante fazer, que é anular ou tentar anular o vinte e cinco de abril. Quando se diz o vinte e cinco de abril não é a mesma coisa que o vinte e cinco de



novembro, obviamente que não é. Mas a intenção de uma fação cada vez mais extensa da sociedade portuguesa é o salazarismo e a imagem de um passado reacionário a sobrepor-se ao vinte e cinco de abril. E é preciso ter cuidado com isso e normalizar a situação.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Última intervenção do período de antes da ordem do dia, o senhor deputado do Partido Comunista Português.-----**DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente.---------Vou usar da palavra só para me pronunciar sobre o voto que foi apresentado pelo PSD.-----------Não há dúvida nenhuma que o Partido Comunista Português valoriza este novo passo que foi dado com esta ideia da necessidade da construção do hospital, até porque é uma bandeira de há muitas épocas da CDU e do Partido Comunista, ainda não tinha havido sequer o acordo entre o governo da altura com o executivo de então, portanto, o Fernando Reis com o José Sócrates. Portanto, já o Partido Comunista reivindicava. Estamos nesta luta e todos os passos que sejam dados nesta direção nós estaremos de acordo e valorizamos. Contudo, não posso deixar de dizer que nada está garantido. E, assim sendo, este voto, como chamam, de congratulação é um perigo, é um perigo porque pode dar a ideia que aquilo que nós desejamos já foi alcançado e a luta não precisa de continuar. Nós achamos é precisamente o contrário. Temos que continuar a dar corda à luta porque o município vai empenhar muito dinheiro num projeto que ainda não está concluído e não se sabe onde é que isto vai dar, porque isto de estar lá no orçamento depressa deixa de estar. E dizer que o que diz no orçamento é o seguinte: "Em dois mil e vinte e cinco adota as diligências necessárias para assegurar os procedimentos para a construção e equipamentos de quatro infraestruturas hospitalares". É isto que diz. Mas isto depressa recua, depressa se



dá o dito pelo não dito. Portanto, esta congratulação é em si um perigo. Nós temos que continuar a luta e a envolver os barcelenses na exigência da construção do novo hospital porque ele não está garantido. Embora reconhecendo que isto é um passo que o governo deu, que há uma necessidade primária da construção do novo Hospital em Barcelos.----------Dizer que o Partido Comunista Português apresentou primeiro em setembro uma proposta de recomendação para a construção do novo hospital, portanto, inserindo no orçamento de Estado, e depois da votação na generalidade apresentou uma proposta de alteração visando também a inscrição do novo hospital. Portanto, isto para corrigir uma imprecisão em que diz aqui que o deputado Carlos Reis foi o único deputado... está-se a referir sendo o único deputado do PSD, porque é razão para perguntar o que é que os outros deputados eleitos por Braga, inclusive o Hugo Soares, que é o líder da bancada parlamentar, o que é que ele diz sobre esta matéria, quando ele foi eleito prometendo aos barcelenses que ia lutar por ela. Portanto, esta imprecisão que está aqui também merece ser corrigida, porque o Partido Comunista sempre esteve atento a este problema e em várias fases.----------Dizer, para terminar mesmo, que isto de facto é o maior orçamento na saúde, mas dizer que mais de metade vai direitinho para os bolsos dos privados.-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------lamos passar ao processo de votação, mas entretanto a senhora vereadora Mariana Carvalho sinalizou o presidente que pretende defender a honra acerca de afirmações proferidas no âmbito dos recursos humanos e processos disciplinares da Câmara.----------Tem a palavra a senhora vereadora Mariana Carvalho.-----**VEREADORA DA COLIGAÇÃO – Mariana Carvalho** – Muito boa noite a todos.-----



-----Senhor Presidente e Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.----------Eu gostaria de responder diretamente ao senhor deputado Jardim, do Chega, que efetivamente em relação aos processos disciplinares que acontecem na Câmara Municipal dizer-lhe que irão acontecer sempre, mas sempre que os funcionários não cumpram os seus deveres de zelo a que estão obrigados como funcionários públicos. Independentemente, senhor deputado, de serem de qualquer partido político, inclusivamente do Chega também podem receber processos disciplinares, os do PSD podem, podem os do BTF e podem os do PS, do Bloco ou de qualquer outro partido político. Portanto, esta questão não é sequer tida em consideração.----------Os processos disciplinares são instaurados pelos diretores de agrupamento no caso dos funcionários das escolas, são perfeitamente instruídos do ponto de vista legal e obviamente eu não vou reunir com nenhum funcionário enquanto estiver a decorrer esse processo disciplinar sob pena de estar em causa a minha imparcialidade neste processo que tem que ser total.-----------Depois, em relação a isto, também dizer, e já para complementar a informação, que também há períodos experimentais que não são consolidados precisamente porque os funcionários não cumprem o seu dever essencialmente com crianças e têm linguagens inapropriadas e outras falhas de competências que não podemos tolerar. Portanto, a função pública e a Câmara Municipal vai exigir sempre competências aos seus funcionários, isto não corresponde a qualquer discriminação como aquilo que fez querer passar.----------Portanto, eu tinha que dar aqui esta nota, os funcionários da Câmara Municipal são realmente competentes e quando não o são ou quando não cumprem as suas funções como devem cumprir pois com certeza será instaurado um processo disciplinar e quando a pena é multa ou superior esse processo vai a



reuniao de Camara para deliberação, como foi um caso recente ultimo
Portanto, isto para esclarecer o senhor deputado e toda a Assembleia, e já
agora os barcelenses, que quando os funcionários efetivamente não cumprirem
as suas funções com o dever que têm que cumprir será instaurado naturalmente
o processo disciplinar, quando não cumprirem em períodos experimentais
naturalmente não poderão ficar em exercício de funções públicas, porque é assim
que deve ser e a função pública não é para qualquer um entrar e ficar de chinelos
e a fazer o que bem lhe entender
E peço esculpa, senhor presidente, o excesso de linguagem
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vereadora
Vamos então iniciar a fase das votações!
Vamos começar pelo Voto de Congratulação do PSD, "Pela inscrição do
novo Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco"
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD,
três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND)
Moção "Pelos cinquenta anos da Revolução de Abril e quarenta e oito anos
do Poder Autárquico", apresentada pelo Todos Barcelos
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH



dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND)
Voto de Saudação "Pelo quadragésimo Aniversário do vinte e cinco de
novembro de mil, novecentos e setenta e cinco", apresentado pelo CDS-PP
Quem vota contra?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Três: dois PS, um IND)
Está aprovado por maioria com três votos contra, três abstenções e
noventa e dois votos a favor (quarenta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois
TB, dois CDS, seis IND)
Voto de Saudação "Vinte e cinco de Novembro — Dia Internacional pela
Eliminação da Violência Contra as Mulheres", apresentado pelo BE
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD,
três CH, dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, sete IND)
Temos aqui agora um voto de pesar subscrito pelo presidente da
Assembleia Municipal e por todos os grupos municipais de homenagem ao
deputado António Vale, alguém que esteve nesta Assembleia desde o primeiro
ato de instalação quer como deputado municipal, quer até como vereador,
portanto, esteve sempre na Assembleia Municipal desde o vinte e cinco de abril
Pedia à senhora deputada, segunda secretária, para proceder à leitura
SEGUNDA SECRETÁRIA – Guilhermina Guimarães – "Voto de Pesar
A Assembleia Municipal de Barcelos manifesta o seu mais profundo pesar
pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor António da Silva Gonçalves do Vale,



residente na freguesia de Galegos Santa Maria, cuja vida foi marcada por uma
dedicação exemplar à comunidade, exercendo cargos em diversas áreas de
atividade, designadamente empresariais, associativas, políticas e autárquicas
A sua morte deixou os barcelenses consternados, pois era visto pelos seus
familiares, amigos e munícipes do concelho de Barcelos como uma pessoa
bondosa, trabalhadora, dedicado à causa pública e ao bem-estar coletivo, sempre
se tendo preocupado com o desenvolvimento económico, social e democrático
da sua freguesia e do Município de Barcelos
António Vale, fruto do seu reconhecimento e da sua militância no Partido
Social Democrata, participou, desde o vinte e cinco de abril de setenta e quatro,
em inúmeras eleições, tendo sido eleito e exercido nobres e relevantes funções
políticas, designadamente:
Presidente de Junta da Freguesia de Galegos Santa Maria, entre o ano de
mil, novecentos e setenta e seis e mil, novecentos e oitenta e cinco;
Membro da Assembleia Municipal de Barcelos de mil, novecentos e
setenta e seis a mil, novecentos e oitenta e cinco e de mil, novecentos e oitenta
e nove a dois mil e vinte e quatro;
Secretário da Mesa da Assembleia Municipal no mandato de dois mil e
cinco a dois mil e nove;
Vereador da Câmara Municipal no mandato de mil, novecentos e oitenta
e cinco a mil, novecentos e oitenta e nove;
Membro da Comissão Política de secção do PSD de Barcelos em mil,
novecentos e setenta e oito, em mil, novecentos e oitenta e três e em mil,
novecentos e oitenta e seis;
Vice-Presidente em mil, novecentos e oitenta e sete a mil, novecentos e
noventa e quatro;
Presidente da Mesa da Assembleia concelhia do PSD em mil. novecentos e



setenta e nove a mil, novecentos e oitenta e três;
Membro de órgãos distritais e delegado a diversos congressos do PSD;
Sócio Fundador e Presidente da Direção da Associação "Santa Maria
Futebol Clube"
Com a convicção de que a sua partida deixou a vida empresarial
associativa, política e autárquica mais pobre, e atendendo ao seu percurso e
exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Barcelos manifesta o seu mais
profundo pesar pelo falecimento do seu deputado municipal António Vale
prestando-lhe desta forma uma sincera homenagem à sua memória e ao trabalho
que desenvolveu em benefício do progresso da sua freguesia e do concelho de
Barcelos
Assim, todos os Grupos Municipais propõem que a Assembleia Municipa
de Barcelos, na sua sessão de doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro
delibere:
Um – Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do senho
António Vale;
Dois – Expressar a todos os seus familiares e amigos enlutados as mais
sentidas condolências e profundo pesar pelo falecimento;
Três – Guardar um minuto de silêncio em sua memória e homenagem
Barcelos, doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro"
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora segunda secretária
Vou então colocar à votação o voto de pesar do deputado António Vale!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e nove PS, trinta e dois PSD, três CH



dois TB, dois CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Pedia aos senhores deputados que, de pé, guardássemos um minuto de
silêncio em homenagem a António Vale
(Guardou-se um minuto de silêncio)
Aos familiares aqui presentes que nos acompanharam as nossas
respeitosas condolências
Temos agora o resultado da votação da eleição de um membro da
Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de
Barcelos. Pedia ao senhor deputado, primeiro secretário, que anuncie o resultado
da votação que fizemos aqui até às vinte e uma horas
PRIMEIRO SECRETÁRIO – Augusto Dias – Resultados da votação para a Comissão
Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos:
Inscritos – cento e vinte e três deputados;
Votantes – sessenta e três;
Lista A – quarenta e nove;
Votos em branco – doze;
Votos nulos – dois;
Eleito o senhor deputado Pedro Filipe Soares de Sousa
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor primeiro secretário
Período de intervenção do público
A primeira intervenção do público é da senhora Isabel Cristina Moura de
Oliveira, que vai usar da palavra acerca da rede de abastecimento público de
água
Tem a palavra a senhora Isabel Cristina Moura de Oliveira
PÚBLICO – Isabel Oliveira – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e
Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores
Vereadores, Representantes da Comunicação Social e Caro Público, todos os



presentes em sala e a quem nos acompanha online, muito boa noite a todos
Eu venho expor sobre as dificuldades que se prendem com a ausência do
abastecimento de água pública em Durrães e Tregosa
Eu sou residente em Tregosa, é uma zona onde a água dos poços é escassa,
muito escassa, no inverno e ausente no verão
São zonas onde é muito difícil captar água e várias habitações continuam
privadas da rede de abastecimento
A verdade é que todos ficámos muito felizes quando esta Assembleia
desatou o "nó das águas"
No entanto, a promessa de levar água a todos ficou por aí. Existe trabalho
a fazer e tem de ser priorizado. Eu não vi ninguém a discutir sobre ele aqui hoje
e lamento muito por isso
A resolução para Durrães e Tregosa passa pela execução de uma ligação
com pouco mais de um quilómetro apenas
Existem muitas famílias privadas de água. Esta situação afeta totalmente
a nossa qualidade de vida. Seja a nível económico, porque gera despesas que
seriam desnecessárias, e toda a instabilidade gera ansiedade, isso afeta a nossa
saúde. Existem pessoas doentes na nossa rua, na nossa terra, existem idosos com
dificuldades. Dá cansaço e desânimo
A par de tudo isto, temos problemas com a rede elétrica. Apresentámos
reclamações frequentes à E-Redes porque a potência contratada não nos chega
às tomadas, causando avarias frequentes em eletrodomésticos e até
impossibilitando a utilização de outros, incluindo as bombas de água
No verão passado, os bombeiros vinham abastecer um pequeno depósito.
Ainda assim foram muitos os dias em que a água nos faltou. São bombeiros, têm
outras prioridades, e essa não é uma solução, já que é muito difícil também
encaminhar essa água para as casas. Naturalmente toda a água deve ser gerida



com muita responsabilidade e respeito, a água é essencial à vida, de todos, todos
hoje usamos água Ao final da tarde, na nossa zona, as bombas de água já não
têm energia para a fazer chegar a água às torneiras isso é quando ela existe.
Seja inverno ou verão
É por isso que venho expor a nossa situação a esta Assembleia
Em reunião com o senhor presidente fizeram-me acreditar que podem e
que conseguem fazer mais pelas questões que eu apresento. Eles têm poder para
intervir e para construir!
Somos todos contribuintes com os mesmos deveres. É, portanto, justo que
tenhamos os mesmos direitos. Creio que todos estamos conscientes da gravidade
da situação. Concordamos
Venho pedir que a Assembleia interceda por nós
A água é um bem essencial a todos e para todos
A água pública deve ser prioridade máxima no concelho municipal
Senhor presidente, eu questiono: até quando vamos ter de esperar?
Obrigada e boa noite
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora Isabel Oliveira
Tem a palavra o senhor presidente da Câmara
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Cumprimento naturalmente a si, à Senhora Secretária e ao Senhor
Secretário, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes
de Junta e de Uniões de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da
Assembleia Municipal, Comunicação Social, Excelentíssimo Público e todos os
que nos seguem via Internet
Dona Isabel Cristina Moura de Oliveira, muito obrigado pela sua
intervenção
Como disse, e hem, já tive uma conversa consigo sobre esta temática e fui-



lhe dando nota que efetivamente iríamos tentar desenvolver esforços para antecipar o que está previsto no contrato com as Águas, que foi aprovado em Assembleia Municipal, estava este investimento previsto para dois mil e vinte e seis. O que nós estamos a tentar conseguir é que seja feito esse investimento em dois mil e vinte e cinco, antes do verão, pico do problema que agora refere. Mas este trabalho só é possível porque houve um acordo e esse acordo veio permitir recuperar o investimento que esteve quinze anos parado. E eu partilho da sua preocupação, que todos devíamos ter o acesso à água e ao saneamento, mas infelizmente durante quinze anos estivemos completamente parados no que a esta matéria diz respeito. E também, como sabe, e também lhe transmiti essa realidade, é que o plano é um plano que faz investimentos ao longo do tempo. Naturalmente que temos que estar atentos e tentar sensibilizar quem é responsável pelo investimento que o faça de acordo com as prioridades e essa realidade que apresenta é uma realidade efetivamente que nos sensibilizou e, nesse sentido, estamos a desenvolver esforços para que seja esse investimento antecipado para dois mil e vinte e cinco.-----------Relativamente à questão da energia elétrica, como sabe, a responsabilidade do aumento da potência é da exclusiva responsabilidade da E--Redes. No entanto, como lhe dissemos também, vocês solicitaram, a junta de freguesia solicitou, o reforço da potência à E-Redes e nós também em agosto de vinte e quatro. E dos contactos que fomos tendo com os responsáveis da E-Redes informaram-nos que foi colocado um PT numa zona que está próxima e está a ser avaliado pela E-Redes a possibilidade de o mesmo poder reforçar a Rua da Pedreira. Estão a fazer esse estudo e acredito que o possam desenvolver. Mas, como sabe também, e na altura também o referi, porque chamei os técnicos para também poder ajudar a explicar melhor o ponto da situação, trata-se de uma habitação de construção recente em que, quando adquiriu a casa ou quando a



arrendou, devia ser informada que havia estes problemas quer de acesso à água,
quer de limitação de potência da E-Redes
Nesse sentido, dizer-lhe apenas que é uma situação que nos sensibiliza
naturalmente, que iremos tentar resolver, mas, acredite, que a grande alavanca
para que estes problemas se possam resolver foi termos feito o acordo da água.
Caso assim não acontecesse não só o município estava endividado com mais de
duzentos e catorze milhões de euros, como não havia novos investimentos para
a rede de água e de saneamento, como não havia ligações gratuitas, como não
havia redução nas despesas com o esvaziamento de fossas. E isto consegue-se,
apesar do acordo e das condições em que foi o acordo, como foi esta semana ou
a semana passada bem demonstrado pela DECO, com o Município de Barcelos a
ter um custo para dez metros cúbicos por habitante, que são setenta e cinco por
cento dos utilizadores, abaixo de todos os municípios vizinhos, com exceção de
Braga. E isto é um sinal muito positivo e que contraria exatamente a lógica que
estava subjacente na sua questão, que é: nós não estamos preocupados.
Estamos. Tanto estamos preocupados que das primeiras medidas que tomámos
foi pôr um fim ao problema da água que vai permitir resolver isto, caso contrário
isto continuaria a esperar indefinidamente
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Há agora uma inscrição do senhor Fernando Júlio Pereira Gomes. Está na
sala? Não está na sala. Terminamos então o período do público
Vamos então entrar no período da ordem do dia
A senhora deputada Sara Magalhães tem a palavra para fazer uma
interpelação à mesa e à Assembleia
<b>DEPUTADA INDEPENDENTE – Sara Magalhães</b> – Renovo os meus cumprimentos
na pessoa do senhor presidente



Regressamos à sessão para discutir e votar os pontos dois e três por
respeito, solidariedade, lealdade e sentido de responsabilidade com o executivo
municipal
Não queremos ser acusados de obstaculizar a aprovação do orçamento
fundamental para o bom funcionamento do executivo. Executivo que tem
demonstrado ao BTF os valores da solidariedade, confiança e lealdade
O Estado de direito assenta no princípio da separação de poderes fruto da
democracia. E que bonita que é a democracia
Senhor presidente, o vinte e cinco de abril que eu não vivi, nasci vinte anos
depois, permite-nos exigir que nesta sessão sejamos independentes, com
participação ativa no debate de acordo com as intervenções previstas. Caso assim
não o entenda, manteremos a nossa posição
E, para que não haja dúvidas, demonstro o comprovativo do pagamento
da entrada da providência e entregarei de imediato à mesa
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos então entrar no ponto um da ordem de
trabalhos: aprovação das atas das sessões de vinte e um de junho e vinte e sete
de setembro de dois mil e vinte e quatro
Proponho então, como é habitual, a dispensa da leitura das atas
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Está dispensa a leitura das atas
Votação da ata de vinte e um do seis de dois mil e vinte e quatro – primeira
reunião!
Quem vota contra?



(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Votação da ata de vinte e quatro do seis de dois mil e vinte quatro –
segunda reunião!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Votação da ata de vinte e sete do nove de dois mil e vinte e quatro!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovada por unanimidade (quarenta e um PS, vinte e nove PSD, dois CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Vamos entrar no ponto dois da ordem de trabalhos: discussão e votação
da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e
vinte e cinco relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS,
Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal,
isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de
feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público
(esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de



recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos
Portanto, será uma discussão conjunta e depois teremos uma votação
separada
Inscrições para este ponto!
Tem a palavra o senhor deputado José Faria, deputado independente
<b>DEPUTADO INDEPENDENTE – José Faria</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal de Barcelos e demais Mesa, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores
Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Antes de tecer alguns comentários sobre o valor das taxas a cobrar para o
ano económico de dois mil e vinte e cinco, quero que fique bem claro que a minha
intervenção de hoje é totalmente indissociável do Grupo do BTF. Formal ou
informal, porque, politicamente, pouco importa!
A fixação das taxas a cobrar no ano de dois mil e vinte e cinco, propostas
pelo executivo municipal para aprovar nesta Assembleia Municipal,
correspondem ao desagravamento da carga fiscal para as pessoas e para as
empresas
A taxa do IMI de zero vírgula trinta e três por cento desceu em dois anos
consecutivos com este executivo
A taxa do IRS reduziu pela primeira vez também com este executivo
E, do mesmo modo, a descida da Derrama
As taxas praticadas por este executivo afastaram um fantasma que sempre
se discutiu nesta Assembleia Municipal, porque o município cobrava taxas
superiores aos concelhos vizinhos do quadrilátero
Ora, com a redução das taxas cobradas no município (algumas mais baixas
do que as cobradas nos municípios do dito quadrilátero) são, em alguns casos,
inferiores



O executivo foi mais longe, continua a isentar as taxas de esplanadas e
reduzir em cinquenta por cento as taxas dos mercados e feiras, sem aumentar
nenhuma de todos as outras da responsabilidade do município
Esta proposta demonstra ainda a consciência social das famílias ao propor
a redução do IMI que incide sobre os prédios urbanos destinados à habitação
permanente em trinta, setenta e cento e quarenta euros, para famílias com um,
dois ou com três ou mais filhos, respetivamente
Em democracia discordar das propostas deste executivo e do seu mérito
na defesa do bem comum é um direito. Mas o meu, como o BTF, é um dever no
reconhecimento do esforço feito sobre esta opção política deste executivo
municipal
Votarei favoravelmente esta proposta, em sintonia com os demais
membros desta Assembleia Municipal que se identificam com o BTF e em parceria
com a coligação Barcelos Mais Futuro
Para terminar, quero deixar claro este pequenino provérbio: "Quem anda
no meio do mar não pode ter medo da chuva"
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do Partido Comunista
Português
<b>DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo</b> – Muito obrigado, mais uma vez
A cobrança de impostos e de taxas é uma forma importante de
arrecadação de receitas que depois serve para neste caso o município cumprir as
suas funções e algumas de enorme importância, como as funções sociais
Ora, sempre que se abdica desta receita nunca se pode, quando se toma
essa decisão, de ficar desligado daquilo que é a busca de outro aspeto importante
que é a cobrança de impostos da justica fiscal



Estas decisões da descida da Derrama, descida do IMI e descida do IRS,
tendo em conta as taxas máximas, se fizermos a pergunta de quem são os grandes
beneficiários com isto, logicamente que não são as pessoas que menos posses
têm
O IMI
São os grandes proprietários que são os grandes beneficiários. Portanto,
em vez de se descer a taxa, o abdicar de uma receita devia ser por baixo, isto é, o
município deveria de alargar os critérios de isenção tendo em conta as famílias
de baixos recursos económicos e prédios de reduzido valor. Porque uma família
<ul> <li>já disse isto anos após anos – que tenha um prédio e que tenha zero de</li> </ul>
rendimento tem que pagar IMI. E os grandes beneficiários com a descida do IMI
são os grandes proprietários que muitas vezes especulam com esses próprios
prédios onde agora vão ter uma redução ou pagam menos do que aquilo que
poderiam pagar
O IRS
Esta descida é totalmente irrelevante. Mas julgo que, mesmo assim, é
injusta. Claro está, quem não paga IRS não tem qualquer benefício com isto. Mas
mesmo quem pague, em cada mil euros que paga só tem dois euros e meio de
mesmo quem pague, em cada mil euros que paga só tem dois euros e meio de benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas famílias e não tem efeito nenhum nas famílias de baixos rendimentos que não
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas famílias e não tem efeito nenhum nas famílias de baixos rendimentos que não pagam impostos, que é a esmagadora maioria dos barcelenses, como sabem, têm
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas famílias e não tem efeito nenhum nas famílias de baixos rendimentos que não pagam impostos, que é a esmagadora maioria dos barcelenses, como sabem, têm os seus rendimentos assentes em baixas reformas e em salários mínimos
benefício. Portanto, isto é uma mera medida propagandística para se poder dizer que se desceu um imposto, porque isto não tem qualquer efeito prático nas famílias e não tem efeito nenhum nas famílias de baixos rendimentos que não pagam impostos, que é a esmagadora maioria dos barcelenses, como sabem, têm os seus rendimentos assentes em baixas reformas e em salários mínimos nacionais



possam suportar o pagamento da Derrama. Portanto, as empresas devem
contribuir também para as receitas do município, se isso é bem feito ou mal é
outra discussão, para que depois o município cumpra as suas funções
Portanto, aquilo que eu gostaria de afirmar, mais uma vez, é mais esta
questão do IMI, olhar para o IMI de uma forma diferente, isentar as famílias com
francas dificuldades em suportar este imposto
De resto, dizer o seguinte:
Esta taxa de isenção de taxas sobre as esplanadas eu estou de acordo com
isto, mas regule-se a ocupação do espaço e regule-se aquilo que é uma esplanada.
Isto tem sido deixado ao livre arbítrio de cada um da ocupação do espaço. Hoje,
e posso dizer porque não há qualquer problema, por exemplo, a esplanada do
Galiano, no inverno, não é uma esplanada, é uma arrecadação para guardar
grades de bebidas. Ora, isto não pode acontecer. Portanto, regule-se o que é uma
esplanada e regule-se a sua ocupação do espaço
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do Grupo Municipal do
CDS-PP
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente,
respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereação, Senhores
Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
Este executivo, em matéria de política fiscal, fez, em um só mandato, mais
do que o Partido Socialista fez em três mandatos
No presente mandato, e nesta matéria de política fiscal, tem denotado
uma preocupação de desagravamento fiscal, bem visível na redução de taxas
Naturalmente que todo e qualquer executivo municipal pretenderá



e até eliminá-las
O CDS aceita e reconhece que tal desiderato, embora possa vir a ser
idealizado como meta, não é atualmente viável
Mas falemos de cada um dos impostos diretos municipais e taxas, em
particular
Quanto ao IMI sobre prédios urbanos
A taxa proposta, a mesma do ano anterior, de zero vírgula trinta e três por
cento, está próxima do limite mínimo permitido de zero vírgula trinta por cento
O CDS tem-se batido nesta matéria para que a taxa a fixar seja, se não a do
limite mínimo, a mais próxima desta
Não foi este ano, mas estará certamente este executivo a caminhar para
tal
Quanto ao chamado IMI familiar, o CDS bateu-se pela sua implementação
em Barcelos, pelo que estará inteiramente de acordo na sua manutenção
Lembremos o que significa isto do IMI familiar: significa a redução do IMI,
que incide sobre os prédios destinados a habitação permanente, em trinta,
setenta e cento e quarenta euros, para as famílias com um, dois, três ou mais
filhos, respetivamente
Ainda sobre o IMI, apraz-nos registar com agrado que o executivo está
atento aos prédios urbanos degradados e abandonados, e a possibilidade de
agravar a taxa de IMI quanto aos mesmos, como incentivo à sua reabilitação e
dinamização do mercado de arrendamento
Votaremos favoravelmente
Quanto à participação no IRS
O CDS também votará favoravelmente a proposta do executivo de fixar
uma taxa de quatro vírgula setenta e cinco por cento
Voltamos a repetir o que dissemos sobre esta matéria há um ano: o



anterior executivo municipal do Partido Socialista, em doze anos, nunca baixou a
taxa máxima permitida de cinco por cento
Quanto à Derrama
O CDS votará favoravelmente a proposta do executivo de fixar a taxa de
um vírgula um por cento, salientando a preocupação do executivo em isentar do
seu pagamento as empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta
mil euros
Quanto a taxas:
A taxa do direito de passagem, de zero vírgula vinte e cinco por cento, a
mesma do ano transato;
A redução em cinquenta por cento na cobrança das taxas da feira
semanal;
A isenção do pagamento de taxas pelas atividades no mercado municipal
provisório ou no campo da feira aos sábados;
A isenção de taxas pela ocupação do espaço público pelas esplanadas;
A não atualização das demais taxas cobradas pelo município;
A adoção de uma política de não agravamento das taxas de recolha,
transporte e tratamento de resíduos sólidos;
O CDS também votará favoravelmente pela sua aprovação
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Grupo Municipal
do Bloco de Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso</b> – Muito obrigado, senhor presidente
Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem
nos segue via Web



Estou facilitado naquilo que possa dizer porque vou dizer o mesmo que
disse o ano passado, ou seja, não há grandes alterações e, por isso, só vou
reforçar alguns aspetos
A questão do IMI
O Estado central ou o Estado local não é uma entidade abstrata, é uma
entidade concretamente relacionada com as pessoa, ou seja, vive em função
daquilo que são as suas receitas. Ora se nós diminuirmos as receitas de um
imposto qualquer que seja terá que haver uma compensação que justifique ou
pelo menos seja capaz de cobrir essa falta. Por isso, estarmos a baixar ou não
determinado tipo de impostos tem que ter uma lógica de funcionamento
estrutural, não pode ser um caso avulso. Por exemplo, em relação ao IMI, nós até
concordamos que possa haver este valor mais baixo e até acho razoável os zero
vírgula trinta e três por cento, mas já não é aceitável que permanentemente –
nós temos dito isso – que não haja um estudo prévio que se possa fazer
majorações e minorações. Ou seja, fazer com que prédios devolutos,
nomeadamente em assentos urbanos, nomeadamente em ocupação de espaço
avolumado, seja necessário aplicar uma taxa superior e noutras situações,
atendendo aos rendimentos familiares e atendendo inclusive ao alargamento das
isenções, haja essa diminuição da taxa, portanto, não seja um imposto cego, é
um imposto social, de justiça social, que é importante dar-lhe essa função. E, por
isso, é possível fazer estas questões, pode-se fazer estas percentagens até trinta
por cento, tanto majoração como minoração, e por isso era importante fazer este
trabalho de casa. Por isso, vamo-nos abster porque concordamos com alguns
pontos, mas não propriamente com o que acabei de dizer
Quanto à Derrama
Quando muito poder-se-á aceitar, como alguns concelhos fazem, que a
isenção vá para lá dos cento e cinquenta mil, possa ser até em alguns casos, em



alguns municípios, duzentos e cinquenta mil. Agora, a Derrama é para ser aplicada exatamente sobre todas as empresas sobre o rendimento gerado na área geográfica de cada município. Por isso não é aceitável estarmos a baixar o valor da Derrama para empresas que têm lucros muito avultados. Portanto, há que ter em atenção porque ela pode significar, por exemplo, no caso do IMI, que há bocado falei, isto significa doze milhões de euros, é muito dinheiro. Portanto, é preciso gerir de uma certa forma e equilibrada todos estes valores.----------Quanto ao IRS.-----------Já aqui foi dito, e reforço o que foi dito, ou seja, é panfletário estarmos a baixar o IRS porque não traduz nada para a maior parte das pessoas, traduz-se em dois/três euros de diminuição daquilo que tem para pagar. Portanto, não acho que haja seguer qualquer razão para haver esta diminuição.----------Quanto às taxas municipais.----------Somos favoráveis à redução ou até à isenção daquilo que é mencionado na alínea a), b) e c) do ponto seis, sendo que é preciso regulamentar o que é o espaço público, a ocupação do espaço público através das esplanadas. Já aqui foi dito, corroboro dessa mesma opinião.----------Sobre a alínea d) e e), precisava de uma explicação, não quer dizer que não entenda, subentendendo, mas posso estar a subentender mal, o que significa não atualização das demais taxas, o que é isto das demais taxas; ou então não agravamento das mesmas, quais mesmas e o que é que se refere exatamente, para ficar a perceber de uma forma mais evidente o que aqui é pretendido dizer.-------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.-----**DEPUTADO DO CH – António Jardim** – Senhor presidente, na sua pessoa, renovo os cumprimentos a todos os presentes.-----



Na perspetiva dos impostos podemos ter duas visões diferentes:
O executivo prefere ver o copo meio cheio, que será o mesmo que dizer
cheio de impostos dos contribuintes
No caso do Grupo Municipal do Partido Chega, optamos por ver a
realidade e apenas vemos o copo meio vazio, ou seja, os bolsos dos contribuintes
que se esvaziam com os impostos
A expetativa para dois mil e vinte e cinco, tal como aconteceu nos últimos
anos, devo dizer que é muito pouco para quem muito prometeu
O senhor presidente prometeu consecutivas descidas nos impostos e
taxas, mas durou apenas dois anos para colocarem um travão e mudarem o
discurso
Sim, é verdade que não os aumentaram, mas também não deixa de ser
menos verdade que poderiam ter ido mais longe e optaram por não o fazer,
refiro-me aos impostos pagos pelas famílias barcelenses
Pedimos mais audácia para este tipo de impostos, pois quatro vírgula
setenta e cinco por cento na participação de IRS é excessivo, então colocamos a
fasquia nos três por cento porque gostamos de nos comparar com os melhores.
E se em Braga a participação está nos três por cento, então essa deveria ser a
ambição do executivo e desse modo baixar já em dois mil e vinte e cinco em vez
de manter os valores de dois mil e vinte e quatro
Relativamente ao IMI, somos claros quanto à taxa, entendemos que
deveríamos acompanhar o concelho do quadrilátero que mais se assemelha a
Barcelos e nesse caso a nossa comparação é feita com o município de Guimarães,
que vai praticar uma taxa de zero vírgula trinta e dois por cento, ligeiramente
inferior à proposta que nos é apresentada
Relativamente às isenções na alínea b) e c), estamos de acordo e
concordamos também com a redução nas taxas das feiras semanais



Quanto às não atualizações e apesar de ser uma medida positiva esta não
impede os aumentos no custo final para o consumidor, o que entendemos ser
uma falsa poupança pois não aumentando as taxas, mas aumentando o custo por
unidade, uma vez aplicando a taxa atual, o consumidor vai acabar por pagar mais,
é simples, e os cofres do município ficarão mais recheados, ficando as famílias
barcelenses com menos dinheiro na carteira
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Senhor deputado José Padrão, do Grupo Municipal do PSD, faz favor,
tenha a bondade
<b>DEPUTADO DO PSD – José Padrão</b> – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa
e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores
Vereadores, Ilustres Colegas Presidentes de Junta e Deputados Municipais,
Público aqui presente e via Web, Senhores Jornalistas
A fixação das taxas sobre impostos diretos e demais taxas municipais são
decisões de natureza política, sustentada numa visão estratégica de
planeamento. Assim, após dois anos consecutivos a descer as taxas do IMI,
Derrama e IRS, para o próximo ano o executivo da coligação propõe a
manutenção das taxas em vigor
Mas quero aqui destacar uma política fiscal importante para as famílias
que consta nesta proposta, ao contrário do recomendado pela ERSAR, o
município não agravará as taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos
sólidos para dois mil e vinte e cinco
Tendo em conta o ambicioso e exigente plano e orçamento para dois mil
e vinte e cinco, seria irresponsável promover a diminuição da receita por meio da
redução dos impostos. Com esta proposta, o executivo assegura a estabilidade e
prudência na execução orçamental, sem perder competitividade para os demais



concelhos do quadrilátero.----------E se quisermos comparar a política seguida pela coligação com a do anterior executivo do Partido Socialista, o PS durante os doze anos em que esteve no poder reduziu os impostos apenas uma vez (ano de dois mil e dez), a coligação em quatro anos já reduziu duas vezes.----------Na altura que era poder o PS justificava a política de manutenção das taxas de impostos diretos com base no princípio da estabilidade fiscal. No entanto, agora no papel de oposição, o PS defende que o executivo deveria baixar os impostos. Este comportamento é contraditório e incoerente. Aliás, facilmente comprovado com o sentido de voto sobre esta matéria, em três anos já votaram de diversas formas, nem aqui seguem o princípio da estabilidade...------------Na Assembleia Municipal de novembro de dois mil e dezassete, em sede de discussão sobre esta matéria e com o executivo do PS a governar, o senhor deputado Nélson Brito justificava a manutenção das taxas de imposto sustentado na opinião de especialistas em matéria fiscal. Eu, agora, citaria especialistas em coerência: "Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço!".-----------Para os partidos que insistem na diminuição de impostos e ao mesmo tempo, nas grandes opções do plano, defendem o investimento em obras estruturantes, a minha pergunta é: como pensariam financiar essas obras? Haja coerência! Já dizia, mais uma vez, o senhor deputado Nélson Brito, na Assembleia Municipal de dois mil e vinte: "o que a oposição faz normalmente é criticar". E é realmente a isso que vamos assistindo: a coligação a fazer e o PS a criticar.----------Estabilidade fiscal e previsibilidade são princípios fundamentais da fiscalidade. Quando o PS estava à frente da Câmara Municipal a manutenção dos impostos era justificada pela necessidade de financiar obras. Agora que o executivo mudou esses mesmos impostos são considerados irresponsáveis. Não há dúvida de que, fosse qual fosse a política fiscal proposta pelo atual executivo,



ela seria criticada. Se propuséssemos a redução de impostos seríamos acusados de eleitoralismo; se mantivéssemos os impostos seríamos chamados de insensíveis. Vemos assim o Partido Socialista a ser Partido Socialista.------------Se realmente quiséssemos ser eleitoralistas e irresponsáveis teríamos baixado os impostos em pleno ano eleitoral, mas não vamos seguir esse caminho. Naturalmente que o executivo gostaria, e tem essa pretensão, de futuramente promover o desagravamento fiscal, haja condições e estabilidade económicofinanceira para tal.----------Perante isto, o Grupo Municipal do PSD votará a favor da presente proposta.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----**DEPUTADO DO PS – Nélson Brito** – Boa noite, Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus ------Relativamente então aqui aos impostos. Em primeiro lugar, desmistificar uma coisa: não há redução de taxas de impostos para dois mil e vinte e cinco. Não há, comparativamente com dois mil e vinte e quatro. A taxa de IMI mantém-se igual.----------Esta retórica, esta narrativa de vir aqui dizer que após dois anos consecutivos, fazendo querer passar a ideia que nos últimos dois anos houve redução de impostos, quando não houve, não é séria, não é um discurso sério. E, portanto, houve a redução de um ponto no primeiro ano e houve uma redução de outro ponto no segundo ano. Tudo somado, menos do que aquela citada aqui redução de uma única vez que o Partido Socialista fez. Se quiser fazer essa



comparação, senhor deputado, e se quiser ser sério. E, portanto, zero ponto trinta e três é a mesma taxa de dois mil e vinte e quatro, que se vai manter. E não vinha aqui criticar a política fiscal. O senhor deputado lança os foguetes e apanha as canas. Mas não vale a pena porque as pessoas não estão distraídas. Porque o que se passou e o que se passa é que efetivamente a taxa de IMI baixou um ponto e outro ponto e agora se manteve este ano que já está aqui em curso e se vai manter em dois mil e vinte e cinco. Eu não vinha aqui criticar qualquer que fosse... eu venho aqui criticar é que a coligação prometeu baixar significativamente os impostos, já veio aqui o CDS dizer "pronto, nós até queremos que isto possa aproximar-se do mínimo", antes vinham aqui exigir que fosse o mínimo, que é uma diferença, mas quem mudou de postura e de atitude foram os senhores, não fomos nós. Eu não venho aqui criticar se é alto, se é baixo, venho aqui criticar por terem dito uma coisa e estarem a fazer outra. Isso, sim, é que é digno de crítica. Isso, sim, é que é violar o princípio da previsibilidade fiscal, que é anunciar uma coisa e fazer outra. Para quem acompanha as empresas e os investimentos sabe que a questão das taxas é importante, mas a questão da previsibilidade, ou seja, uma coisa é o que se diz, outra coisa é o que se faz, e se essas duas coisas forem iguais está tudo bem, se elas forem muito diferentes é que está tudo mal. E é isso o que está a acontecer. Só para dar um exemplo: dos zero vírgula trinta e três por cento, para um prédio de cem mil euros, um prédio de cem mil euros não é propriamente um prédio de luxo, dos zero vírgula trinta e três dá trezentos e trinta euros por ano. OK? E o desconto que é feito de trinta euros para quem tem um filho era imediatamente, não era preciso desconto nenhum se baixassem para o mínimo, e baixavam os trinta euros.----------Quanto ao IRS, mantém-se a taxa de quatro vírgula setenta e cinco que vigorou este ano, não há redução nenhuma, ao contrário do que aqui foi dito, e não só pela coligação, até pela oposição. Não há redução nenhuma. E é evidente



que a participação no IRS é mais para a classe média, a classe média que paga mais IRS, não é para a classe mais desfavorecida que não paga IRS, porque não tem rendimentos suficientes para pagar. Isto é conhecido. Mas a classe média também existe e a classe média também tem direito a ter alguma atenção de quando em vez. E, portanto, não estamos contra a diabolização da redução do IRS. Estamos é só a favor de falar de uma forma séria e transparente.----------Recordo que neste orçamento, e já vamos ver no ponto seguinte, a cobrança de IMI está prevista aumentar qualquer coisa como quase dez por cento, de onze para doze milhões de euros, está lá escrito pelos senhores, não foi por mim, no orçamento. O que quer dizer que manter as taxas de IMI é o suficiente para fazer aumentar a receita quase dez por cento. Bem, quem vai pagar isso são os barcelenses de prédios caros e de prédios mais baratos. Essa é que é a realidade e não vale a pena desmistificar aqui.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem a palavra agora o senhor presidente da Câmara para responder, se PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Renovo os cumprimentos à Mesa, aos Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público, Comunicação Social e todos que nos seguem via Internet.----------Naturalmente que ouvi os diferentes argumentos das diferentes bancadas e não me surpreende. Surpreende-me apenas a bancada do Partido Socialista porque não percebi qual era a proposta que apresenta. É contra o IRS, é contra o IMI... não percebi qual é a proposta que apresentariam em alternativa. Gostaria de perceber qual era.-----



------A nossa é muito fácil de explicar. É por uma questão de prudência e de estabilidade. Prudência porque, como sabem, e em dois mil e vinte e três aconteceu exatamente a mesma coisa, já não se recordam, mas houve uma crise inflacionista, com uma subida de juros significativa, e naturalmente, por prudência, quisemos manter as taxas como estavam ao fim de duas descidas consecutivas, em vinte e dois e em vinte e três. Para vinte e quatro não fizemos nenhuma atualização. Portanto, há uma descida efetiva, a taxa é zero vírgula trinta e cinco e está em zero vírgula trinta e três, houve uma descida.--------------Relativamente à questão da prudência também para vinte e quatro, embora o cenário macroeconómico seja diferente e até neste momento seja de alguma maneira em sentido inverso, ou seja, um abaixamento de juros, uma também previsão económica diferente, temos, e não podemos ignorá-lo, um contexto geopolítico de conflitos que naturalmente criam alguma instabilidade que nós temos que naturalmente também precaver. Mas sobretudo a prudência prende-se com o volume de obras que queremos fazer.----------Este orçamento é um orçamento decisivo para Barcelos não por ser o último ano deste mandato, mas sobretudo por um conjunto de oportunidades que é importante Barcelos agarrar. E nesse sentido nós temos que ter a prudência necessária para simultaneamente agarrar as oportunidades que puderem ser agarradas por via do PRR ou pelo Vinte Trinta, mas também estar atentos a qualquer imprevisto que possa surgir. E é nesse sentido que aqui vai a nossa proposta, não mais do que isto.-----------Ao senhor deputado José Maria Cardoso dizer-lhe que as demais taxas são fáceis de perceber. É o urbanismo, visitas a museus, piscinas, ocupação de espaços públicos, naturalmente que são outras taxas que não vão ser aumentadas e que mantemos.----------E já agora também, se me permitem, o nosso objetivo central e estratégico



da política fiscal foi criar em Barcelos, em competição com os nossos vizinhos do quadrilátero, situação mais competitiva que favoreça o investimento.-----------E é curioso referir o que disse o senhor deputado Nélson Brito. Na verdade, nós vamos ter mais receita de IMI e sabem porquê? Porque há mais gente a construir em Barcelos, porque há mais gente a querer viver em Barcelos. Ao fim de uma década, que de dois mil e onze a dois mil e vinte e um houve uma diminuição de quatro por cento na população barcelense. Está-se a fazer o percurso inverso. Naturalmente havendo mais investimento, havendo mais casas, havendo mais habitantes, naturalmente a receita é maior. Mas isto é fruto de uma atratividade que naturalmente faz todo o sentido. E nós não podemos viver como se fôssemos uma ilha e, portanto, temos que ter a noção de que é importante nós também sinalizarmos que em Barcelos é um território amigo do investimento e é um território amigo das pessoas para virem cá viver e para se fixarem em Barcelos. E estes sinais quer do IRS, quer da Derrama, quer do IMI são muito importantes.----------Também relativamente à Derrama lembrar o senhor deputado José Maria Cardoso que as empresas quando se deslocam, e se nós queremos atrair investimento para Barcelos, nós temos também de ter a noção de que elas olham também para as taxas e para as oportunidades. Naturalmente se nós formos mais competitivos temos mais condições de atrair investimento. E é isso que se pretende e é isso que nós queremos.----------Naturalmente que também fixei, e isso é uma situação recorrente no senhor deputado Mário Figueiredo, que nos merece atenção. Eu por uma vez vou comungar consigo numa ideia que me parece uma ideia interessante, que é alargar o limite mínimo em que se começa a taxar, faz sentido. Porque isso favorece diretamente as pessoas que tem classe média ou classe média baixa, se quisermos, que efetivamente têm mais dificuldade em fazer esses pagamentos.



Irei estudar essa possibilidade porque acho que é efetivamente uma mais-valia e
uma alteração que pode ter algum sentido
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Vamos passar então ao processo de votações!
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – taxa de zero vírgula trinta e três
para prédios urbanos
Quem vota contra?
(Nove PS)
Quem se abstém?
(Três: dois BE, um PCP)
Quem vota a favor?
(Cento e dois: trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS,
vinte e sete IND)
Este ponto foi aprovado por maioria com cento e dois votos a favor, três
abstenções e nove votos contra
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – redução do IMI que incide sobre
os prédios urbanos destinados à habitação permanente em trinta, setenta e
cento e quarenta euros, para famílias com um, com dois ou com três ou mais
filhos, respetivamente
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Este ponto foi aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois
PSD, três CH, dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) – participação de IRS: quatro



vírgula setenta e cinco por cento
Quem vota contra?
(Doze: nove PS, dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por maioria com doze votos contra e cento e dois votos a favor
(trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, vinte e sete IND)
Derrama – um vírgula um por cento sobre o lucro tributável sujeito e não
isento, das entidades coletivas com um volume de negócio igual ou superior a
cento e cinquenta mil euros
Quem vota contra?
(Doze: nove PS, dois BE, um PCP)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por maioria com doze votos contra e cento e dois votos a favor
(trinta e sete PS, trinta e dois PSD, três CH, dois TB, um CDS, vinte e sete IND)
Taxa do Direito de Passagem – zero vírgula vinte e cinco por cento
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um TB)
Aprovado por maioria com uma abstenção e cento e treze votos a favor
(quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH, um TB, um CDS, dois BE, um PCP,
vinte e sete IND)
Redução da Taxa da Feira Semanal – cinquenta por cento
Quem vota contra?
(Ninguém)



Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou
campo de feira, aos sábados de manhã)
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas)
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de
resíduos sólidos
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH,
dois TB. um CDS. dois BE. um PCP. vinte e sete IND)



Não atualização das demais taxasNão atualização das demais taxas
Quem vota contra?
(Ninguém)
-
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade (quarenta e seis PS, trinta e dois PSD, três CH,
dois TB, um CDS, dois BE, um PCP, vinte e sete IND)
Está encerrado este processo de votações
O Todos Barcelos fez chegar à mesa um requerimento, que vai apresentar
declarações de voto, que fica desde já registado em ata, sobre este ponto dois e
sobre os pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove da ordem de trabalhos
Pedia aos líderes municipais para chegarem aqui junto do presidente da
mesa da Assembleia, por favor
(Reunião de líderes que durou cerca de três minutos)
Obrigado às senhoras e aos senhores deputados pelo tempo que
aguardaram
Como sabem, estamos com três horas de trabalho da Assembleia, ao fim
de três horas, os trabalhos, para continuarem, tem de haver unanimidade dos
grupos municipais. Explico aos senhores deputados que nós vamos entrar no
debate do orçamento municipal e o debate do orçamento municipal prevê-se
uma duração de cento e dez minutos, muito próximo das duas horas. Portanto,
não tem sentido iniciar o debate do orçamento e interromper aqui a meio, é um
debate que deve ser seguido, é esse o sentido destas aprovações e destes
debates, e, por isso, reuni os grupos municipais para saber qual era a
interpretação dos grupos municipais. Há unanimidade em passarmos o
orçamento e os demais pontos para a segunda reunião e, nessa sequência, ficam
desde já convocados para o próximo sábado, às nove e meia da manhã, neste



mesmo auditório, para iniciarmos com o debate das grandes opções do plano e
orçamento
Portanto, está interrompida aqui esta sessão em sede de primeira
reunião
Muito boa noite a todos
A sessão foi interrompida às zero horas e cinco minutos do dia treze de
dezembro de dois mil e vinte e quatro
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente
da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Fernando Santos Pereira, Dr.)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)
Apensa-se a esta ata o Voto de Congratulação "Pela inscrição do novo
Hospital de Barcelos no Orçamento de Estado de dois mil e vinte e cinco",
apresentado pelo PSD, constituído por duas páginas, cuja votação encontra-se
inserta na página quarenta e sete
Apensa-se a esta ata a Moção "Pelos cinquenta anos da Revolução de Abril
e quarenta e oito anos do Poder Autárquico", apresentada pelo TB, constituída
por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e sete



Apensa-se a esta ata o Voto de Saudação " <i>Vinte e cinco de Novembro – Dia</i>
Internacional pela Eliminação da Violência Contras as Mulheres", apresentado
pelo BE, constituído por três páginas, cuja votação encontra-se inserta na página
quarenta e oito



# ÍNDICE

Ata n.º 33 de 12 de dezembro de 2024

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
19	Período de antes da ordem do dia
29	Voto de Saudação do CDS
48	Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António da Silva Gonçalves do Vale
51	Divulgação dos resultados da votação para a Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Barcelos
51	Intervenção do Público
56	Período da ordem do dia
56	Aprovação das atas das sessões de 21 de junho e 27 de setembro de 2024 (1º Ponto)
57	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2025 relativas às receitas municipais do IMI, Derrama, Participação de IRS, Taxa Municipal de Direitos de Passagem, redução da Taxa da Feira Semanal, isenção da Taxa das Atividades no Mercado Municipal Provisório (ou campo de feira, aos sábados de manhã), isenção da Taxa de Ocupação do Espaço Público (esplanadas), não atualização das demais taxas e não agravamento das taxas de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos (2º Ponto)